



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 5 N. 3

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 5, N. 3, setembro 2023

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 5	n. 3	p. 1-32	set. 2023
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 10.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2023	6
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	8
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	10
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	14
1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	15
2 EMPREGO FORMAL: CRESCIMENTO DESACELERA NO PAÍS, E RS DESTACA-SE NEGATIVAMENTE	17
2.1 A DINÂMICA RECENTE DO EMPREGO FORMAL TOTAL NO BRASIL E EM SUAS UFs	17
2.2 DESEMPENHO DO EMPREGO NO ESTADO SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS	19
2.3 A DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO ADICIONAL SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS DOS INDIVÍDUOS	23
2.4 O DESEMPENHO DO EMPREGO NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS	24
2.5 OS VÍNCULOS CONTRATUAIS DIFERENCIADOS E A PRESENÇA DE ESTRANGEIROS	26
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
3 Box	30
JOVENS QUE NÃO ESTUDAM E NÃO ESTÃO OCUPADOS NO RIO GRANDE DO SUL: EVIDÊNCIAS DESDE A PANDEMIA DE COVID-19	30
REFERÊNCIAS	32

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na seção 1 deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta-se o desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado no segundo trimestre de 2023.

Após ter sido intensamente atingido pela pandemia de COVID-19, no segundo e no terceiro trimestre de 2020, e por uma severa estiagem, o mercado de trabalho do RS deu sinais de recuperação a partir do quarto trimestre desse ano. O processo de recuperação do mercado de trabalho verificado em 2021 não foi interrompido durante 2022, não obstante o impacto negativo sobre a economia do RS de mais uma estiagem, neste último ano.

De acordo com as evidências mais recentes, no segundo trimestre de 2023, identifica-se, na margem, no RS, estabilidade da taxa de participação na força de trabalho, do nível de ocupação e da taxa de desocupação, em 66,1%, 62,6% e 5,3% respectivamente. Na referência comparativa interanual, no segundo trimestre de 2023, os dois primeiros indicadores registraram aumento, e o terceiro, queda. Assim, a redução interanual da taxa de desocupação, de 1,0 ponto percentual, foi determinada exclusivamente pelo aumento do nível de ocupação, uma vez que foi concomitante à elevação da taxa de participação na força de trabalho. Assinale-se que o nível de ocupação de 62,6%, no segundo trimestre de 2023, no RS, foi o maior entre os segundos trimestres de toda a série temporal da PNAD Contínua. Esse comportamento favorável fez com que o Estado passasse do oitavo maior nível de ocupação, entre as unidades da Federação, no segundo trimestre de 2022 para o sexto maior no segundo trimestre de 2023.

No que diz respeito à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade no RS, no segundo trimestre de 2023, seja na margem, seja na comparação interanual, ficou estável, situando-se em 32,4%. Nesta última referência comparativa, também permaneceu estável nos demais estados da macrorregião Sul e em SP, enquanto, no País, evidenciou queda de 40,0% para 39,2%.

A incidência da desocupação de longo prazo, que corresponde à proporção de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano, na comparação do segundo trimestre de 2022 com o mesmo trimestre de 2023, evidenciou queda no RS (de 35,9% para 22,6%), assim como em SC (de 35,0% para 21,1%), no PR (de 35,1% para 30,7%), em SP (de 40,3% para 32,6%) e no País (de 41,8% para 34,6%). A incidência da desocupação de longo prazo do segundo trimestre de 2023, no RS, é a segunda menor do Estado de toda a série temporal da PNAD Contínua.

A taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, no RS, no segundo frente ao primeiro trimestre de 2023, ficou estável, em 8,9%. Na referência comparativa interanual, o indicador evidenciou queda no Estado (-2,4 pontos percentuais), assim como em SC, no PR, em SP e no País. O contingente de pessoas que é medido por esse indicador de subutilização da força de trabalho passou, no RS, de 700 mil no segundo trimestre de 2022 para 555 mil no segundo trimestre de 2023.

O rendimento médio real habitual dos ocupados, no segundo trimestre de 2023, na margem, manteve-se estável no RS (R\$ 3.194), em SC (R\$ 3.238), no PR (R\$ 3.133), em SP (R\$ 3.537) e no País (R\$ 2.921). Quanto à referência comparativa interanual, no segundo trimestre de 2023, esse indicador evidenciou variações positivas no RS (5,7%), em SC (4,6%) e no País (6,2%), mas, no PR e em SP, permaneceu estável.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, no segundo trimestre de 2023, em relação ao trimestre anterior, ficou estável no RS, assim como nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País. Em bases interanuais, no segundo trimestre de 2023, a massa de rendimento real habitual registrou variações positivas no RS (8,4%), em SC (4,8%), no PR (6,3%) e no País (7,2%) e, em SP, manteve-se estável. No RS e no âmbito nacional, para esse desempenho favorável do indicador, contribuiu a variação positiva do contingente de ocupados e, principalmente, do rendimento médio real habitual.

Na seção 2, analisa-se a evolução do emprego formal, no Estado, no intervalo de 12 meses entre o final de julho de 2022 e o final de julho de 2023. A análise retoma, em uma perspectiva comparativa, o período imediatamente anterior, bem como o acumulado de 36 meses que a base estatística utilizada, o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego — iniciado em 2020 —, permite compor. Da

mesma forma, os resultados do Rio Grande do Sul são comparados com os do agregado do País e com os das demais unidades da Federação (UFs).

Entre julho de 2022 e julho de 2023, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, o emprego formal voltou a apresentar crescimento. O número de vínculos formais no País elevou-se em 3,7%; no Estado, em 2,5%. Nos dois recortes territoriais, a série de variações anuais do emprego formal, que teve início em janeiro de 2021, evidenciou arrefecimento. Após resultados em exponencial crescimento, no segundo e no terceiro trimestre de 2021 — quando a base de comparação incluía o pior momento do ano da eclosão da pandemia de COVID-19 —, observa-se uma tendência contínua de redução dos percentuais, a despeito das esperadas oscilações.

O mercado formal do Rio Grande do Sul teve o pior desempenho relativo, na comparação com as outras 26 UFs, nos três recortes temporais analisados. Nos últimos 12 meses, observa-se que os outros dois estados da Região Sul ostentaram resultados semelhantes, distribuindo-se, com o RS, entre as quatro últimas posições do ordenamento. De outro lado, nos diferentes intervalos de tempo, os maiores crescimentos relativos foram de UFs da Região Norte — boa parte das quais com pouca expressão nacional, do ponto de vista do número absoluto de empregos formais — e, secundariamente, das Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Quanto aos resultados setoriais, a expansão do mercado de trabalho formal gaúcho, no período de julho de 2022 a julho de 2023, teve como principal propulsor o grupamento serviços, em que foram gerados quase 70% do saldo de 67,2 mil vínculos criados no Estado. A construção teve uma suave variação negativa; os outros três setores registraram crescimento do emprego, mas com intensidades menos elevadas do que os serviços. A indústria, entre os maiores setores empregadores, teve a variação menos expressiva, de apenas 0,5%. Sua participação no saldo positivo do mercado de trabalho gaúcho foi de apenas 5%, muito inferior ao seu peso na estrutura do emprego formal (de quase 30% em julho de 2021). Dez entre 24 divisões da CNAE 2.0 que integram a indústria de transformação tiveram retrações do emprego nos últimos 12 meses da série do Novo Caged no Estado, sendo a mais expressiva a do segmento coureiro-calçadista, mas merecendo menção também móveis e vestuário.

A dispersão dos resultados setoriais do emprego, no Estado, reduz-se marcadamente quando se desloca a análise para o acumulado de 36 meses entre julho de 2020 e o mesmo mês de 2023. A alternância de posições entre os setores, nos três sucessivos recortes anualizados, termina por abrandar as diferenças mais acentuadas que marcam cada uma dessas conjunturas. Nessa abordagem, a maior variação mantém-se com a indústria, graças à sua forte liderança no período que se segue à eclosão da pandemia de COVID-19.

Como vem sendo o padrão, o crescimento do emprego formal verificou-se nas nove Regiões Funcionais gaúchas. A Serra (RF3), que é a região em que a indústria tem maior peso na estrutura ocupacional, ficou com a menor variação (1,6%), seguida pela RF4, Litoral, que, após um longo período em que deteve os mais elevados percentuais de crescimento, perdeu empuxo, em especial na construção. O maior crescimento relativo ocorreu no Sul (RF5). Os resultados dessa região têm sido fortemente influenciados pelos movimentos espasmódicos da fabricação de embarcações sediada, especialmente, em São José do Norte, que tem alternado, nesses 36 meses, marcantes retrações e arrancadas não menos intensas.

O emprego criado no Estado, nos últimos 12 meses, manteve o padrão de concentração no segmento mais jovem da força de trabalho. Desta vez, o saldo positivo para os indivíduos de até 24 anos superou o do emprego total, para o qual contaram reduções de contingente em faixas de idades mais elevadas. As mulheres ocuparam a maioria (51,8%) dos vínculos de trabalho adicionais. Por fim, quanto à escolaridade, foram pouco representativos no saldo os indivíduos com educação formal limitada ao fundamental completo ou menos, mas, no polo oposto, estiveram sub-representados os trabalhadores com ensino superior completo ou incompleto. Assim, praticamente a totalidade do saldo de 67,2 mil empregos no Estado coube a detentores do ensino médio (completo ou incompleto).

Em um exercício final, com as categorias que o Novo Caged permite destacar do conjunto de trabalhadores, constatou-se que a contratação de estrangeiros e a de indivíduos em modalidades de contrato consideradas mais flexíveis — empregado temporário, aprendiz e intermitente — têm apresentado tendências, do ponto de vista de volume e participação nos saldos, não necessariamente simétricas com as do emprego total. Ainda assim, é perceptível que todas essas categorias ostentaram participações não desprezíveis no conjunto do mercado de trabalho estadual, inclusive com pesos variáveis em diferentes intervalos do tempo que a base estatística permite analisar, merecendo estudos complementares que permitam conhecer melhor as problemáticas específicas e a forma como essas categorias se articulam ao comportamento geral do emprego.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2023¹

Desde o quarto trimestre de 2020, alguns dos principais indicadores vêm dando sinais da recuperação do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, após o intenso impacto negativo provocado pela pandemia de COVID-19 e por uma severa estiagem. Em linha com essa compreensão, o ano de 2021 foi de recuperação da atividade econômica estadual e do mercado de trabalho, o que pode ser confirmado pelo comportamento favorável de indicadores como o nível de ocupação e a taxa de desocupação no período. Nesse contexto, uma exceção foi o comportamento adverso dos rendimentos do trabalho, impactados negativamente pelo processo de aceleração inflacionária e por uma mudança na composição da ocupação, com o aumento do peso relativo da informalidade. Em 2022, não obstante a economia do RS ter sido atingida por mais uma severa estiagem, com efeitos negativos sobre a sua atividade econômica (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2023), os principais indicadores do mercado de trabalho gaúcho continuaram inseridos em uma trajetória de melhora: assim, por exemplo, a taxa de desocupação de 4,6% no quarto trimestre de 2022, no Estado, foi a segunda menor da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE), cuja série temporal se iniciou em 2012.

O objetivo desta seção é o de apresentar o desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho estadual no segundo trimestre de 2023, valendo-se, para tanto, dos dados da PNAD Contínua do IBGE. O desempenho do mercado de trabalho do RS é comparado com os de Santa Catarina, Paraná e São Paulo e com o do País. São feitas, adicionalmente, comparações de indicadores selecionados do mercado de trabalho do RS, no segundo trimestre de 2023, com o de todas as unidades da Federação (UFs). Assim, a presente seção está organizada em cinco tópicos: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; rendimentos dos ocupados; e, por fim, uma síntese das evidências empíricas do mercado de trabalho estadual no segundo trimestre de 2023.

1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

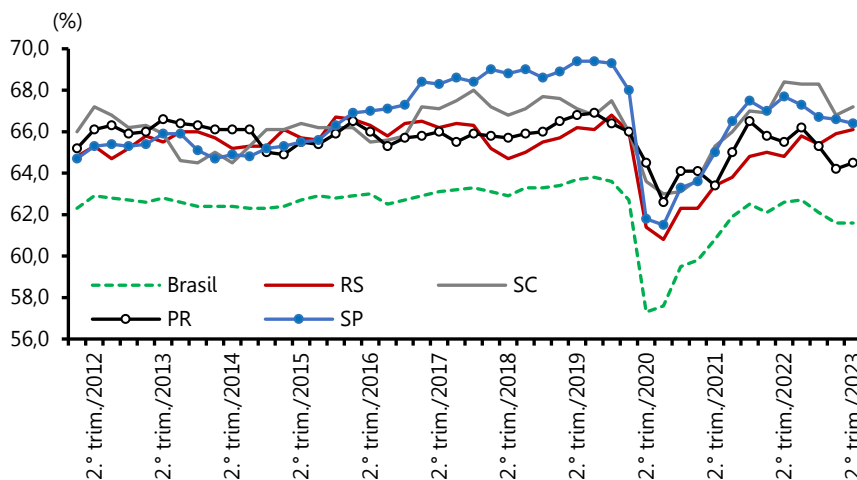
A oferta de força de trabalho (FT) vem passando por um processo de recuperação desde o quarto trimestre de 2020, após ter sofrido uma retração abrupta no segundo e no terceiro trimestre daquele ano, decorrente dos impactos da pandemia de COVID-19 e de uma severa estiagem sobre a atividade econômica. No segundo trimestre de 2023, frente ao trimestre imediatamente anterior, a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)² ficou estável no RS (66,1%), assim como em SC (67,2%), no PR (64,5%), em SP (66,4%) e no País (61,6%) — **Gráfico 1**. Na referência comparativa interanual, no segundo trimestre de 2023, a TPFT registrou variação positiva no RS (1,3 ponto percentual) e negativa em SC (-1,2 ponto percentual), em SP (-1,3 ponto percentual) e no âmbito nacional (-1,0 ponto percentual); no PR, o indicador ficou estável, uma vez que a sua oscilação não tem significância estatística. Pode-se também constatar, por meio da inspeção das evidências contidas no **Gráfico 1**, que RS e SC, no segundo trimestre de 2023, tinham níveis da TPFT praticamente nos mesmos patamares daqueles verificados no segundo trimestre de 2019, recuperando-se da retração sofrida pelo indicador durante o pior momento da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, que transcorreu em 2020.

Quanto à evolução da posição relativa do RS diante de todas as unidades da Federação, em termos do nível da TPFT, percebe-se, por meio do **Gráfico 2**, que o Estado avançou do décimo maior patamar do indicador, no segundo trimestre de 2022, para o sexto maior, no segundo trimestre de 2023.

¹ Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 29 de agosto de 2023.

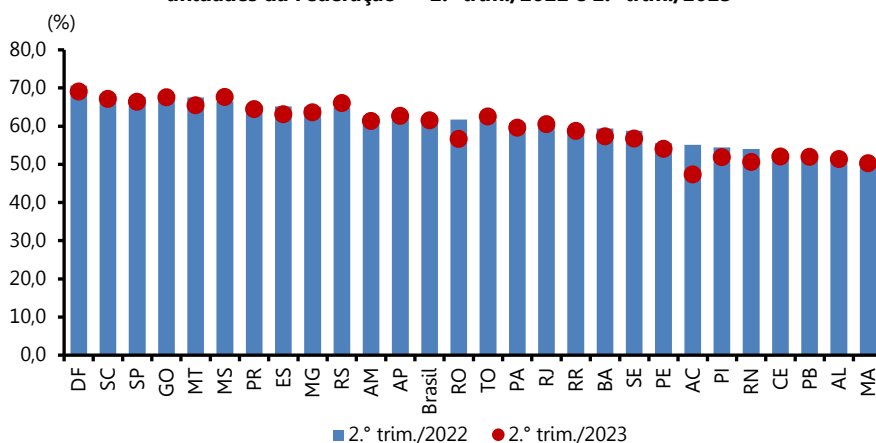
² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalho, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2022 e 2.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

No que diz respeito ao contingente de pessoas na FT, este ficou, no segundo trimestre de 2023, na margem, estável no RS (6.271 mil pessoas), assim como nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País (**Tabela 1**). Na comparação com o segundo trimestre de 2022, o contingente de pessoas na FT também se manteve estável no RS, em SC, no PR e em SP, enquanto, no País, registrou uma variação negativa de 0,7%. Os três estados da macrorregião Sul e o País tinham, no segundo trimestre de 2023, contingentes de pessoas na FT superiores aos do segundo trimestre de 2019, recuperando-se, assim, integralmente, da retração que havia ocorrido em 2020, devido aos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho; tal circunstância não era compartilhada por SP.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)						VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	2.º Trim./2022	1.º Trim./2023	2.º Trim./2023	2.º Trim./2023 1.º Trim./2023	2.º Trim./2023 2.º Trim./2022
Brasil	107.170	97.279	104.216	108.349	107.257	107.577	0,3	(1)-0,7
RS	6.229	5.806	6.023	6.181	6.262	6.271	0,1	1,5
SC	3.916	3.813	3.896	4.104	4.042	4.086	1,1	-0,4
PR	6.137	5.999	5.887	6.164	6.121	6.169	0,8	0,1
SP	26.064	23.318	25.033	26.202	25.965	25.963	0,0	-0,9

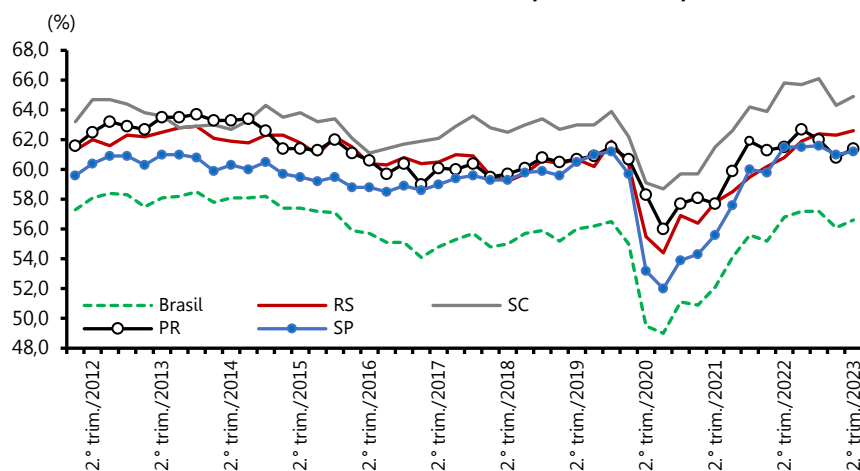
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

Um processo de recuperação do nível de ocupação (NO)³ vem manifestando-se desde o quarto trimestre de 2020. Nesse sentido, no RS, em SC, no PR, em SP e no âmbito nacional, já no segundo trimestre de 2022, o NO situava-se em patamares superiores ao do segundo trimestre de 2019, revertendo a retração nele verificada durante 2020, no pior momento dos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho. No segundo trimestre de 2023, em comparação ao trimestre anterior, o NO ficou estável no RS (62,6%), em SC (64,9%), no PR (61,4%) e em SP (61,2%), enquanto, no País, aumentou de 56,1% para 56,6% (**Gráfico 3**). Já no cotejo do segundo trimestre de 2023 com o mesmo trimestre do ano anterior, o indicador elevou-se no RS (1,8 ponto percentual) e manteve-se estável nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País. No caso do RS, o NO do segundo trimestre de 2023 (62,6%) é o maior de todos os segundos trimestres da série temporal da PNAD Contínua.

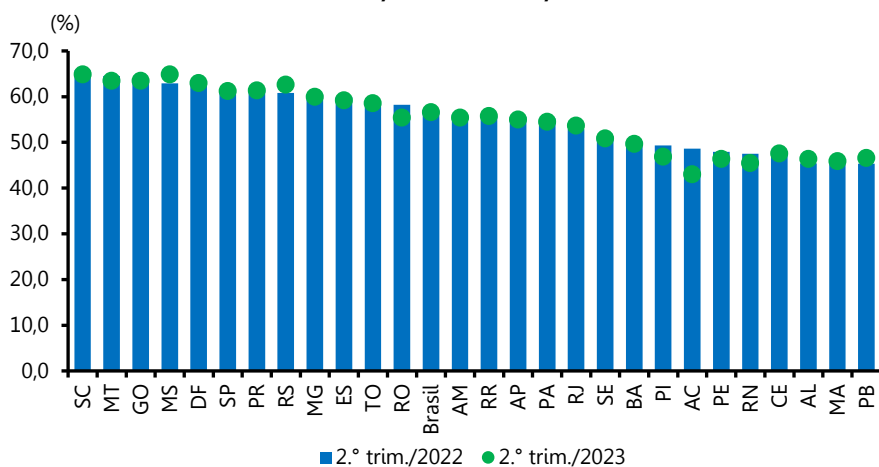
Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Frente ao quadro geral das UFs, houve um avanço na posição relativa do RS quanto ao patamar do NO, uma vez que o Estado passou do oitavo maior nível do indicador no segundo trimestre de 2022 para o sexto maior no segundo trimestre de 2023 (**Gráfico 4**).

Gráfico 4 - Nível de ocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2022 e 2.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

No que se refere ao contingente de ocupados no segundo trimestre de 2023, este ficou estável, na margem, no RS (5.941 mil ocupados), assim como no PR e em SP, enquanto, em SC, teve uma variação positiva de 1,4% e, no plano nacional, de 1,1% (**Tabela 2**). Na comparação do segundo trimestre de 2023 com o mesmo trimestre de 2022, o contingente de ocupados registrou uma variação positiva de 2,5% no RS (acréscimo de 146 mil ocupados) e de 0,7% no País; em SC, no PR e em SP, o indicador ficou estável. Tanto no caso do RS quanto no do País, embora em ritmo decrescente, trata-se, no segundo trimestre de 2023, da nona variação interanual positiva dos respectivos contingentes de ocupados.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

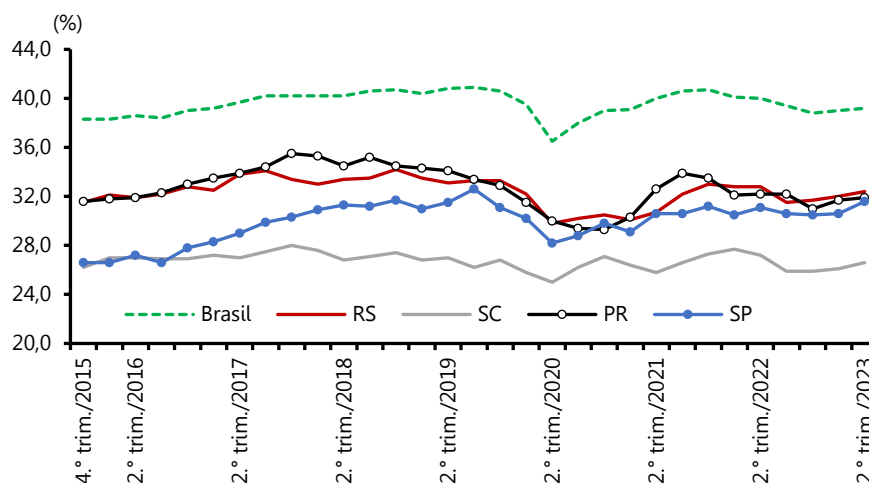
DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)						VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	2.º Trim./2022	1.º Trim./2023	2.º Trim./2023	2.º Trim./2023 1.º Trim./2023	2.º Trim./2023 2.º Trim./2022
Brasil	94.159	84.051	89.384	98.269	97.825	98.910	(1)1,1	(1) 0,7
RS	5.714	5.244	5.490	5.795	5.925	5.941	0,3	(1)2,5
SC	3.677	3.538	3.669	3.944	3.888	3.943	(1)1,4	0,0
PR	5.576	5.422	5.355	5.790	5.791	5.869	1,3	1,4
SP	22.696	20.071	21.397	23.798	23.765	23.931	0,7	0,6

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Quanto à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade (TI)⁴ passou por um processo de elevação em 2021, o qual se arrefeceu em 2022. No segundo trimestre de 2023, esse indicador, na margem, ficou estável no RS (32,4%), em SC (26,6%), no PR (31,9%) e no País (39,2%) e, em SP, aumentou de 30,6% para 31,6% (**Gráfico 5**). Em termos da referência comparativa interanual, no segundo trimestre de 2023, a TI manteve-se estável no RS, nos demais estados da macrorregião Sul e em SP; no País, teve uma retração de 0,8 ponto percentual. Ampliando-se a inspeção da série temporal da TI até o segundo trimestre de 2019, uma referência anterior à pandemia de COVID-19, constata-se que RS, SC, PR e SP ainda mantinham, no segundo trimestre de 2023, níveis inferiores do indicador; já em SP, a TI havia alcançado nível levemente superior ao daquele trimestre de 2019.

Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-2.º trim./2023



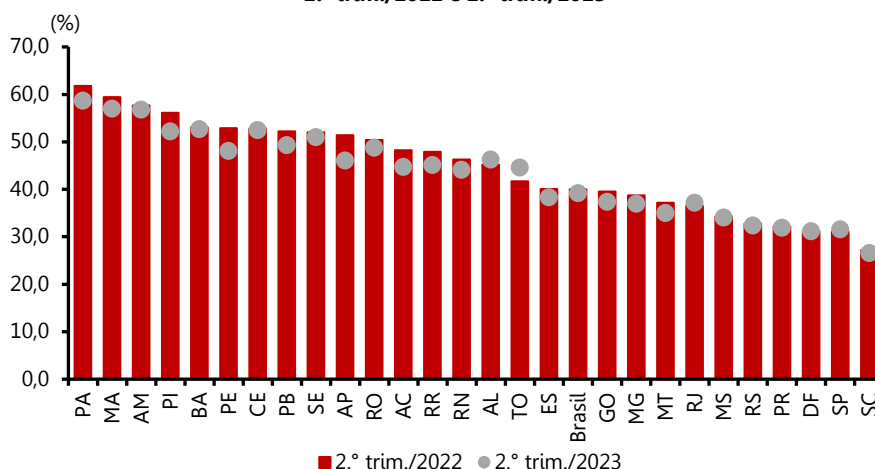
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

⁴ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

É possível constatar que o RS manteve, no segundo trimestre de 2023, em comparação ao segundo trimestre de 2022, a quinta menor TI em relação a todas as 27 UFs (**Gráfico 6**).

Gráfico 6 - Taxa de informalidade no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2022 e 2.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

O número absoluto de ocupados informais, no cotejo do primeiro com o segundo trimestre de 2023, ficou estável no RS (1.928 mil ocupados), em SC e no PR; em SP e no País, registrou variações positivas de 3,9% e 1,6% respectivamente (**Tabela 3**). Na comparação do segundo trimestre de 2023 com o segundo trimestre do ano anterior, o contingente de ocupados informais manteve-se estável nos três estados da macrorregião Sul e em SP e, no plano nacional, evidenciou retração de 1,4%.

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)						VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	2.º Trim./2022	1.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2023 1.º Trim./2023	2.º Trim./2023 2.º Trim./2022
Brasil	38.412	30.700	35.762	39.286	38.118	38.734	(1)1,6	(1)-1,4
RS	1.890	1.565	1.684	1.900	1.895	1.928	1,7	1,5
SC	992	885	948	1.071	1.015	1.050	3,5	-2,0
PR	1.902	1.627	1.746	1.866	1.835	1.871	2,0	0,3
SP	7.144	5.662	6.539	7.399	7.282	7.564	(1)3,9	2,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

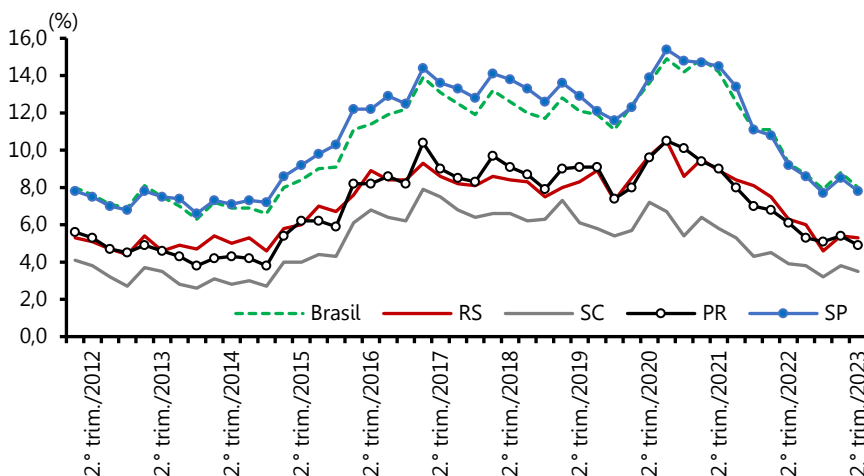
Nota: São considerados ocupados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

No que diz respeito aos indicadores de subutilização da força de trabalho, a taxa de desocupação (TD) vem apresentando uma tendência de queda desde o quarto trimestre de 2020. No segundo trimestre de 2023, diante do trimestre imediatamente anterior, a TD manteve-se estável no RS (5,3%), em SC (3,5%) e no PR (4,9%); em SP e no País, sofreu retrações (de 8,5% para 7,8% e de 8,8% para 8,0% respectivamente) — **Gráfico 7**. Na base comparativa interanual, no segundo trimestre de 2023, a TD registrou quedas no RS (-1,0 ponto percentual), no PR (-1,2 ponto percentual), em SP (-1,4 ponto percentual) e no País (-1,3 ponto percentual); em SC, o indicador permaneceu estável. No mercado de trabalho gaúcho, nesta última referência comparativa, a retração da TD é explicada integralmente pelo desempenho positivo do NO, uma vez que nela também ocorreu aumento da TPFT, o que tem um efeito antagônico sobre o primeiro indicador.

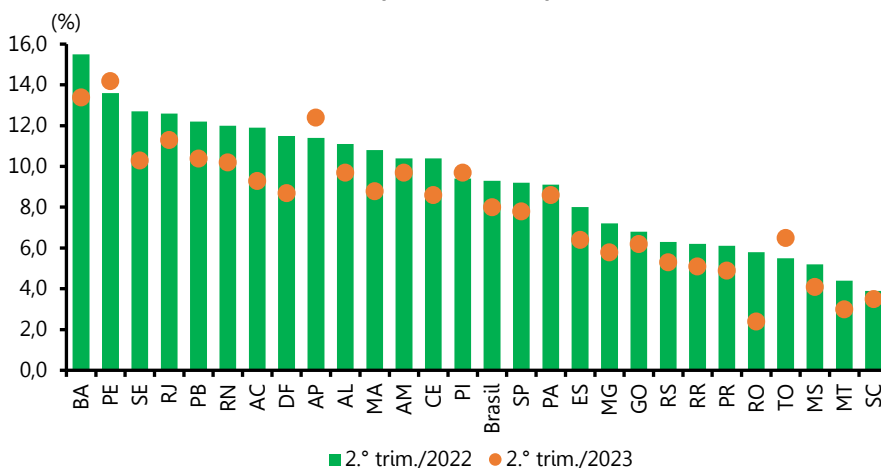
Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Em comparação com todas as 27 UFs, o RS passou da oitava menor TD no segundo trimestre de 2022 para a sétima menor no segundo trimestre de 2023 (**Gráfico 8**).

Gráfico 8 - Taxa de desocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2022 e 2.º trim./2023

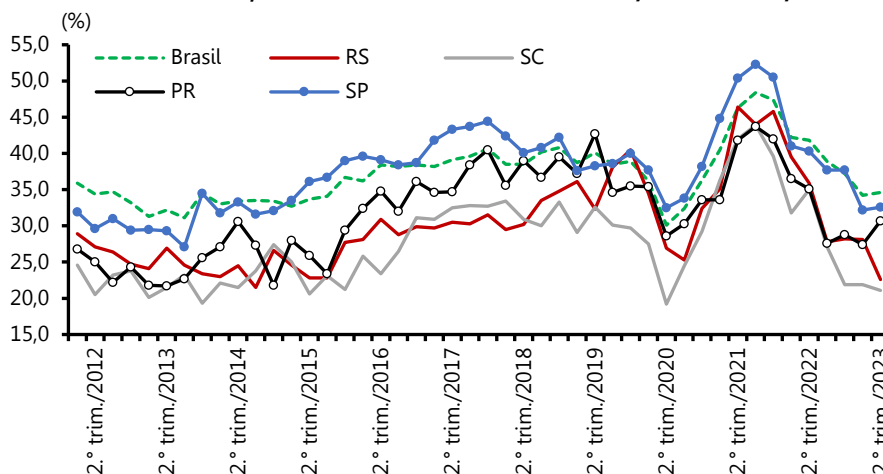


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

A incidência da desocupação de longo prazo (IDL⁵), após atingir os níveis mais elevados da série temporal da PNAD Contínua, entre o segundo e o terceiro trimestre de 2021, vem, desde então, em uma tendência de redução. Tomando-se a referência comparativa interanual, a IDLP passou, no RS, de 35,9% no segundo trimestre de 2022 para 22,6% no segundo trimestre de 2023; em SC, de 35,0% para 21,0%; no PR, de 35,1% para 30,7%; em SP, de 40,3% para 32,6%; e, no âmbito do País, o indicador teve queda de 41,8% para 34,6% (**Gráfico 9**). No RS, a IDLP de 22,6% do segundo trimestre de 2023 corresponde ao segundo menor nível do indicador na série temporal da PNAD Contínua, sendo o mesmo inferior somente no terceiro trimestre de 2014, quando se situou em 21,5%.

⁵ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **IDLP** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023a, 2023c).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

O contingente de desocupados, no segundo trimestre de 2023, na margem, ficou estável no RS (330 mil desocupados), assim como em SC e no PR, e apresentou retrações em SP (-8,3%) e no País (-7,6%) — **Tabela 4**. Na comparação do segundo trimestre de 2023 com o mesmo trimestre de 2022, o contingente de desocupados registrou redução no RS (-14,8%, menos 57 mil desocupados), no PR (-19,7%), em SP (-15,5%) e no País (-14,2%); em SC, permaneceu estável, uma vez que a sua oscilação não tem significância estatística.

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)						VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	2.º Trim./2022	1.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2023 1.º Trim./2023	2.º Trim./2023 2.º Trim./2022
Brasil	13.011	13.228	14.832	10.080	9.432	8.647	(1)-8,3	(1)-14,2
RS	515	562	533	387	337	330	-2,1	(1)-14,8
SC	239	275	228	160	155	143	-7,7	-10,7
PR	560	577	532	374	330	300	-8,9	(1)-19,7
SP	3.368	3.247	3.636	2.404	2.200	2.032	(1)-7,6	(1)-15,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

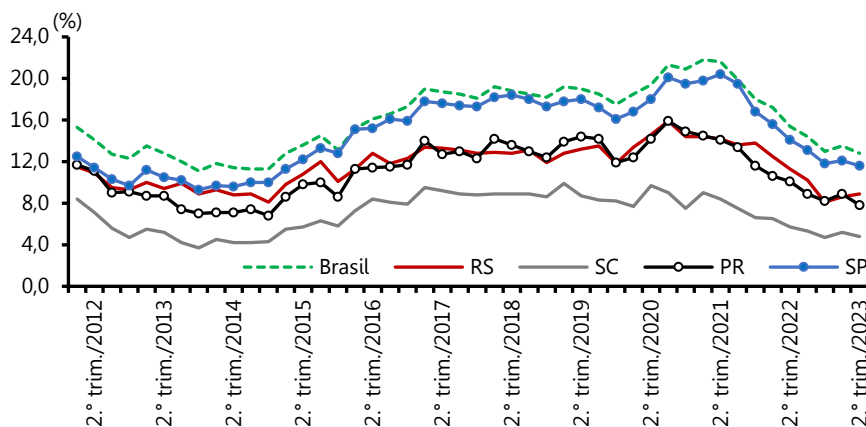
Tomando-se um indicador mais abrangente de subutilização da força de trabalho, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)⁶, este ficou, no segundo trimestre de 2023, frente ao trimestre imediatamente anterior, estável no RS (8,9%), em SC (4,8%) e em SP (11,6%); no PR e no País, registrou reduções de 8,9% para 7,8% e de 13,5% para 12,8% respectivamente (**Gráfico 10**). Já na referência comparativa interanual, identifica-se, no segundo trimestre de 2023, uma queda generalizada da TCDS: -2,4 pontos percentuais no RS, -0,9 ponto percentual em SC, -2,3 pontos percentuais no PR, -2,5 pontos percentuais em SP e -2,6 pontos percentuais no plano nacional.

⁶ A taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS) é assim obtida (ILO, 2013):

$TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas) / Força de Trabalho] \times 100$.

São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

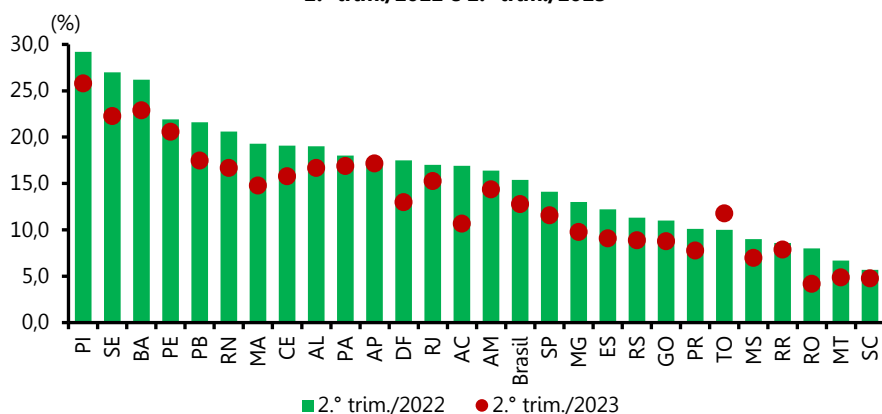
Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

No *ranking* geral das 27 UFs, o RS, que detinha, no segundo trimestre de 2022, a nona menor TCDS, passou a deter, no segundo trimestre de 2023, o oitavo menor nível desse indicador de subutilização da força de trabalho (**Gráfico 11**).

Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2022 e 2.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

O contingente de pessoas que é medido pela TCDS, no segundo trimestre de 2023, em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano, manteve-se estável no RS (555 mil pessoas), assim como em SC e em SP; no PR, registrou retração de 11,4% e, no País, de 4,6% (**Tabela 5**). Ao se cotejar esse contingente de pessoas subutilizadas no segundo trimestre de 2023 com o do segundo trimestre de 2022, verifica-se uma redução generalizada do mesmo: -20,7% no RS (menos 145 mil pessoas), -15,9% em SC, -23,2% no PR, -18,2% em SP e -17,2% no âmbito nacional.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)						VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	2.º Trim./2022	1.º Trim./2023	2.º Trim./2023	2.º Trim./2023 1.º Trim./2022	2.º Trim./2023 2.º Trim./2022
Brasil	20.409	18.871	22.476	16.649	14.445	13.780	(1) -4,6	(1)-17,2
RS	823	846	855	700	540	555	2,9	(1)-20,7
SC	339	369	326	233	209	196	-6,4	(1)-15,9
PR	883	851	831	626	543	481	(1)-11,4	(1)-23,2
SP	4.691	4.199	5.110	3.692	3.140	3.020	-3,8	(1)-18,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

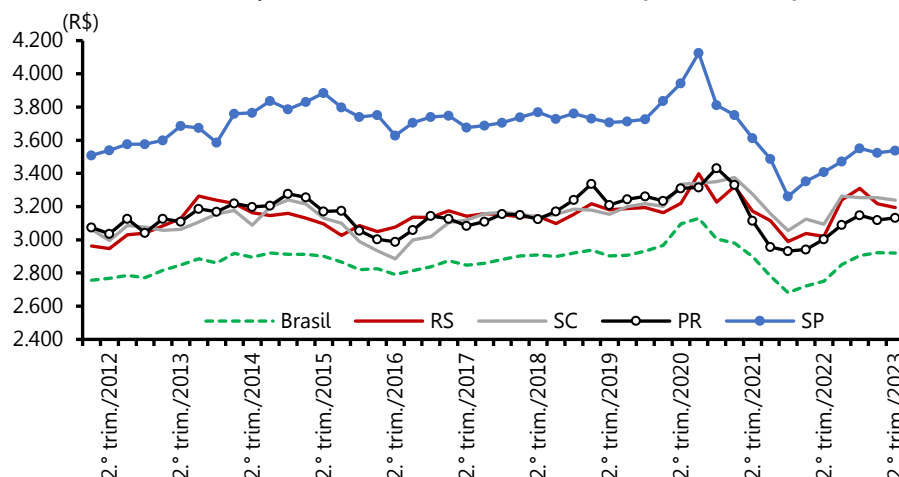
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

Os rendimentos reais dos ocupados passaram por um processo de queda entre o segundo trimestre de 2021 e o segundo trimestre de 2022, em um contexto de aceleração inflacionária. A posterior recuperação dos rendimentos reais foi concomitante à redução da inflação: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, acumulado em 12 meses, passou de 11,89% em junho de 2022 para 5,79% em dezembro do mesmo ano e para 3,16% em junho de 2023 (IBGE, 2023b).

No segundo trimestre de 2023, frente ao trimestre anterior, o rendimento médio real habitual dos ocupados ficou estável no RS (R\$ 3.194), assim como nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País (**Gráfico 12**). Na referência comparativa interanual, no segundo trimestre de 2023, o indicador registrou variações positivas no RS (5,7%), em SC (4,6%) e no País (6,2%); no PR e em SP, permaneceu estável. Nos casos do RS e de SC, trata-se do terceiro trimestre consecutivo em que as variações interanuais do rendimento médio real habitual foram positivas, e, no País, tal fenômeno vem verificando-se há quatro trimestres⁷.

Gráfico 12 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2023



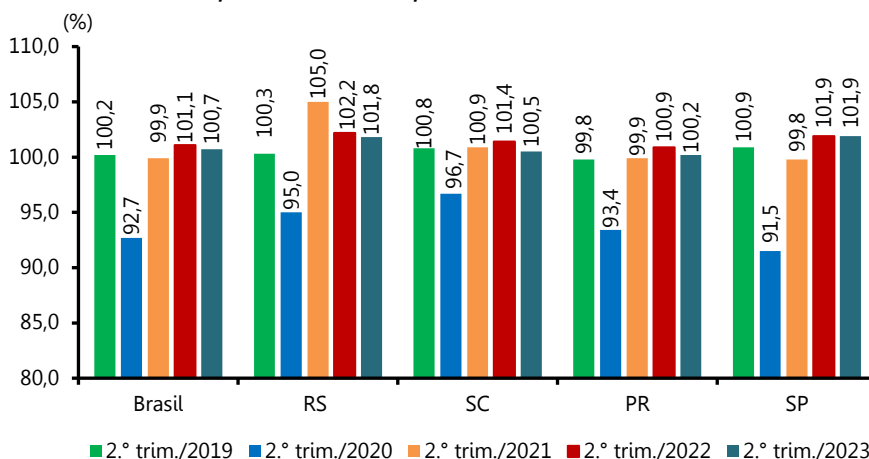
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2023.

O rendimento médio real efetivo dos ocupados é mais suscetível aos choques de curto prazo sobre o mercado de trabalho (Carvalho, 2021). No segundo trimestre de 2020, quando se manifestaram mais intensamente os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual sofreu uma queda muito acentuada; posteriormente, essa proporção recuperou-se (**Gráfico 13**). No segundo trimestre de 2023, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual era de 101,8% no RS, estando levemente inferior ao do segundo trimestre de 2022 (-0,4 ponto percentual); em SC, no PR, em SP e no âmbito nacional, identifica-se uma situação semelhante à do RS, com essa proporção ficando, no segundo trimestre de 2023, levemente acima de 100,0% e bastante próxima à do segundo trimestre de 2022.

⁷ No País, a referência é a série temporal da PNAD Contínua, cujos trimestres se encerram em março, junho, setembro e dezembro.

Gráfico 13 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 2.º trim. 2019-23


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Nota: Rendimento médio real de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, no segundo trimestre de 2023, na margem, permaneceu estável no RS, em SC, no PR, em SP e no País, uma vez que as suas oscilações não têm significância estatística (**Tabela 6**). Ao se cotejar o segundo trimestre de 2023 com o mesmo trimestre de 2022, constata-se que a massa de rendimento real habitual registrou variações positivas de 8,4% no RS, 4,8% em SC, 6,3% no PR e de 7,2% no País; em SP, ficou estável. No caso do RS e do País, nesta última referência comparativa, para a variação positiva da massa de rendimento real habitual contribuíram os desempenhos favoráveis dos contingentes de ocupados e, principalmente, dos rendimentos médios reais habituais. Observa-se, também, pela inspeção dos dados contidos na **Tabela 6**, que a massa de rendimento real habitual, no segundo trimestre de 2023, havia atingido, no RS, nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País, níveis superiores aos do segundo trimestre de 2019, recuperando-se da intensa retração sofrida no momento mais adverso da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, no segundo trimestre de 2020.

Tabela 6 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	VALOR (R\$ milhões)						VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	2.º Trim./2022	1.º Trim./2023	2.º Trim./2023	2.º Trim./2023 1.º Trim./2023	2.º Trim./2023 2.º Trim./2022
Brasil	266.635	254.301	253.075	265.162	281.330	284.148	1,0	(1) 7,2
RS	17.569	16.354	16.876	16.963	18.467	18.388	-0,4	(1) 8,4
SC	11.350	11.555	11.752	12.030	12.501	12.609	0,9	(1) 4,8
PR	17.513	17.560	16.327	17.093	17.810	18.166	2,0	(1) 6,3
SP	83.242	78.381	76.563	80.487	83.241	84.093	1,0	4,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 2.º trim./2023.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Como foi mostrado nesta seção, a taxa de participação na força de trabalho, no segundo trimestre de 2023, na margem, ficou estável no RS, nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País. No cotejo interanual, no segundo trimestre de 2023, esse indicador elevou-se no RS e, entre as referências comparativas selecionadas, em SC e no País. O comportamento interanual da taxa de participação na força de trabalho do RS fez com que o Estado avançasse do décimo maior nível do indicador, entre as 27 unidades da Federação, no segundo trimestre de 2022 para o sexto maior nível no segundo trimestre de 2023.

O nível de ocupação, no segundo trimestre de 2023, frente ao trimestre imediatamente anterior, manteve-se estável no RS, em SC, no PR e em SP, enquanto, no País, se elevou. Na base comparativa interanual, o indicador aumentou no RS, mas permaneceu estável em SC, PR, SP e no País. O RS avançou, nesta última referência comparativa, do oitavo para o sexto maior nível de ocupação entre todas as unidades da Federação.

Quanto à estrutura ocupacional, foi mostrado que a taxa de informalidade, no segundo trimestre de 2023, seja na margem, seja na referência comparativa interanual, se manteve estável no RS, em SC e no PR. Em SP, no segundo trimestre de 2023, na margem, a taxa de informalidade registrou aumento e, no âmbito nacional, em termos interanuais, redução.

No que diz respeito à subutilização da força de trabalho, de acordo com as evidências apresentadas nesta seção, a taxa de desocupação, no segundo trimestre de 2023, frente ao trimestre anterior, ficou estável no RS e nos demais estados da macrorregião Sul e, em SP e no País, registrou redução. Quando se comparou o segundo trimestre de 2023 com o segundo trimestre de 2022, as evidências foram no sentido da queda da taxa de desocupação, excetuando-se, entre as referências selecionadas, SC, que apresentou estabilidade do indicador. Na referência comparativa interanual, o RS passou, do segundo trimestre de 2022 para o segundo trimestre de 2023, entre todas as unidades da Federação, da oitava para a sétima menor taxa de desocupação.

O outro indicador de subutilização da força de trabalho exposto nesta seção, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, ficou, no segundo trimestre de 2023, na margem, estável no RS, em SC e em SP, enquanto, no PR e no País, evidenciou queda. Já no cotejo interanual, no segundo trimestre de 2023, esse indicador sofreu redução no RS e em todas as suas referências comparativas selecionadas. No quadro geral das 27 unidades da Federação, o RS passou, do segundo trimestre de 2022 para o mesmo trimestre de 2023, do nono para o oitavo menor nível do indicador.

Conforme foi apresentado nesta seção, o rendimento médio real habitual dos ocupados, no segundo trimestre de 2023, em relação ao trimestre anterior, permaneceu estável no RS e em todas as suas referências comparativas selecionadas. Na base comparativa interanual, o indicador evidenciou variações positivas no RS, em SC e no plano nacional, permanecendo estável no PR e em SP.

Também no âmbito dos rendimentos, a massa de rendimento real habitual dos ocupados, no segundo trimestre de 2023, manteve-se, na margem, estável no RS, nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País. Na referência comparativa interanual, no segundo trimestre de 2023, o indicador registrou variações positivas no RS, em SC, no PR e no País, enquanto, em SP, se manteve estável. Entre os estados da macrorregião Sul e o País, o RS foi aquele em que a variação positiva da massa de rendimento real habitual foi a de maior intensidade.

2 EMPREGO FORMAL: CRESCIMENTO DESACELERA NO PAÍS, E RS DESTACA-SE NEGATIVAMENTE

A base estatística do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), continua a ostentar resultados positivos para o emprego formal, quando se acumulam seus saldos de 12 meses, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul. Composto-se as séries com o último resultado divulgado, referente a julho de 2023, constata-se que o Rio Grande do Sul ocupa a última (27.ª) posição entre as unidades da Federação, quando se comparam as variações relativas do mercado formal de trabalho.

Nesta seção analisam-se, primeiramente, esses resultados referentes ao total dos vínculos formais no País e nos estados. A seguir, concentrando-se a atenção no território gaúcho, aborda-se a evolução dos vínculos legalizados de emprego, segundo setores e atividades econômicas, com uma desagregação mais fina para a indústria, já que, entre os maiores, foi o setor com crescimento menos expressivo. Na terceira subseção, enfoca-se a distribuição do emprego adicional gerado entre julho de 2022 e julho de 2023, segundo atributos pessoais dos indivíduos — sexo, idade e escolaridade, mais precisamente. Na sequência, os desempenhos do mercado formal de trabalho nas nove Regiões Funcionais do Estado são contrastados. A subseção final consolida algumas evidências sobre os contratos de trabalho temporários, intermitentes e de aprendizado, além do engajamento de estrangeiros nos vínculos formais de emprego no Estado, nos anos de 2020 a 2022.

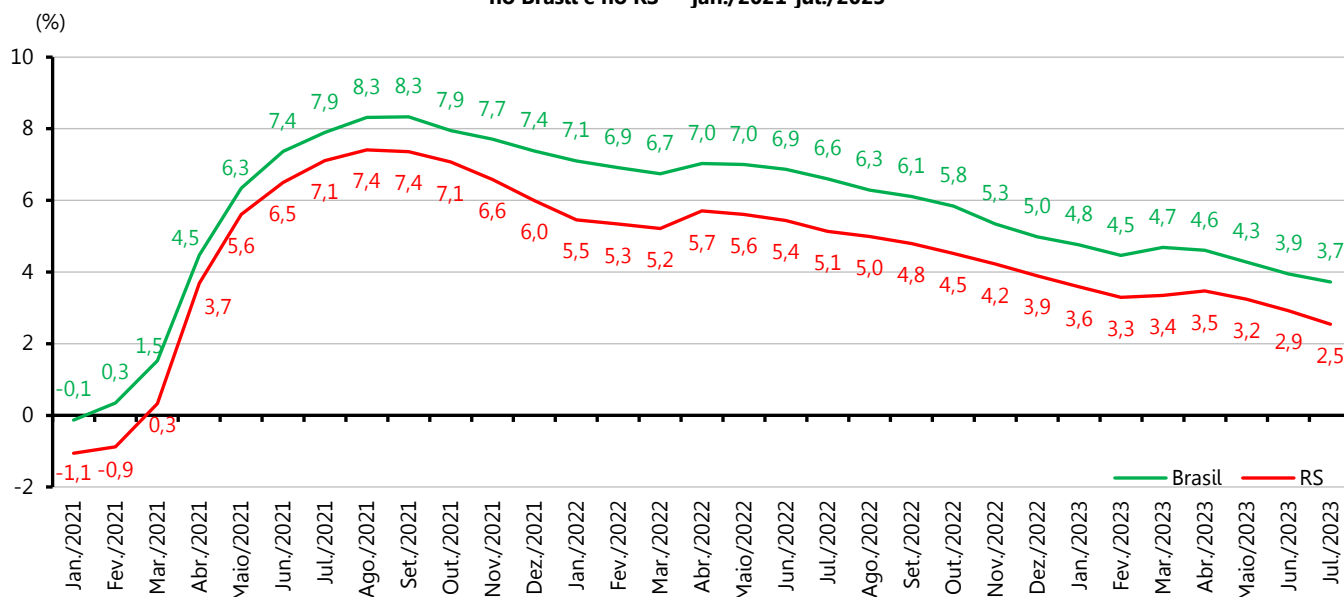
2.1 A DINÂMICA RECENTE DO EMPREGO FORMAL TOTAL NO BRASIL E EM SUAS UFS

O ciclo de 12 meses — preferencial na análise comparativa de diferentes mercados de trabalho, com padrões diferenciados de sazonalidade — que se encerrou em julho último assinala um crescimento de 3,7% do número de vínculos formais de trabalho no País, com um adicional de 1,6 milhão de contratos, passando-se, assim, a um total de 43,6 milhões. No Rio Grande do Sul, o percentual de expansão, no período, foi inferior, de 2,5%, e o saldo de novos empregos foi de 67,2 mil, elevando o contingente, chamado nessa base estatística de “estoque”, para 2.704.030 vínculos formais (**Tabela 7**).

Uma vez que a base estatística do Novo Caged tem início em janeiro de 2020, a série histórica é ainda relativamente curta, especialmente quando se opta por analisar sempre intervalos de 12 meses, o que desloca o primeiro resultado para janeiro de 2021. Mais importante do que isso, a série tem seu ponto inicial coincidindo quase exatamente com a eclosão da pandemia de COVID-19, que provocou uma drástica e repentina retração do emprego, condicionando, de diversas formas, ademais, a evolução das diferentes atividades econômicas também no movimento de recuperação, que se iniciou ainda no segundo semestre de 2020. Com essas ressalvas, é interessante que se analise o comportamento das variações, em 12 meses, do emprego formal no Estado e no País (**Gráfico 14**).

Uma vez que, para cada mês que compõe as séries consolidadas no Gráfico 14, a referência é o mesmo mês do ano anterior, não há distorção decorrente de comportamentos sazonais da produção e do emprego. Visualiza-se, com clareza, que os resultados de 2021 carregam o efeito matemático da comparação com o excepcionalíssimo ano de 2020: janeiro e fevereiro de 2021 (no caso do RS; para o Brasil, apenas janeiro) mostravam ainda perdas relativamente ao ano anterior, uma vez que o impacto da emergência sanitária se esboçou em março de 2020 e se fez sentir de forma mais aguda no segundo trimestre desse ano. Os meses seguintes, já em 2021, mostram variações sempre mais intensas frente ao ano anterior, chegando-se aos percentuais mais elevados entre agosto e setembro, em ambos os recortes territoriais. A partir desse momento, o gráfico permite identificar a tendência de desaceleração — em que pese a algumas oscilações, por certo — na produção de saldos de empregos formais, tanto no nível nacional quanto no estadual.

Gráfico 14 - Variação do estoque de empregos formais, frente ao mesmo mês do ano anterior, no Brasil e no RS — jan./2021-jul./2023



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

Duas outras evidências emergem da análise do Gráfico 14: primeiramente, as trajetórias do emprego formal nos mercados formais de trabalho gaúcho e brasileiro mostram marcante convergência, o que sugere que os fatores de escala nacional, sejam eles macroeconômicos, institucionais, ou de qualquer outra natureza, tendem a preponderar sobre os condicionantes estritamente regionais, quando se ponderam as múltiplas determinações do dinamismo do emprego. Em segundo lugar, e quase em sentido contrário, as especificidades das realidades estaduais impõem-se quando se constata que o Rio Grande do Sul atravessa toda a série de mais de 30 meses com resultados menos favoráveis do que os do conjunto do Brasil.

A Tabela 7 consolida os resultados das 27 UFs e do agregado do País em três intervalos de tempo: os 12 meses mais recentes na série do Novo Caged (julho de 2022 ao mesmo mês de 2023); os 12 meses imediatamente anteriores; e o acumulado dos últimos 36 meses disponíveis. Em todos esses recortes, encontra-se o Rio Grande do Sul na última posição, quando se ordenam as variações do emprego formal nos estados brasileiros e o Distrito Federal. Embora tenham, em boa parte dos casos, contingentes bem pouco expressivos de trabalhadores formalmente contratados, são os estados da Região Norte do Brasil (seguidos, com alguma distância, por algumas UFs das Regiões Centro-Oeste e/ou Nordeste) que conquistam as mais elevadas variações relativas, nesses três recortes de tempo analisados. No outro extremo, tanto geográfico quanto algébrico, os três estados da Região Sul encontram-se entre os quatro menos bem posicionados, nos últimos 12 meses e também no intervalo imediatamente anterior. Não se enfrentará, neste espaço, a multiplicidade de fatores, de ordens produtiva, institucional, climática ou demográfica, por exemplo, que incide sobre essas diferentes dinâmicas regionais. Destaca-se, apenas, a grande amplitude de diferenciação dos desempenhos estaduais, especialmente no período de julho de 2022 a julho de 2023, quando a variação mais expressiva (de 8,2%, em Roraima) representou mais do que o triplo da registrada na UF menos bem colocada, o RS (2,5%).

Tabela 7 - Estoques, saldos e variações do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — jul./2020-jul./2023

BRASIL E UFs	ESTOQUE EM JUL/2023	JUL/2021-JUL/2022		JUL/2022-JUL/2023		JUL/2020-JUL/2023	
		Saldo	Variação %	Saldo	Variação %	Saldo	Variação %
BRASIL	43.610.550	2.605.008	6,6	1.566.825	3,7	7.056.851	19,3
Roraima	75.531	6.897	11,0	5.735	8,2	19.458	34,7
Tocantins	229.513	16.108	8,1	13.430	6,2	48.530	26,8
Acre	95.792	8.627	10,6	5.515	6,1	20.973	28,0
Mato Grosso do Sul	624.149	41.846	7,6	32.389	5,5	117.109	23,1
Piauí	330.203	19.456	6,6	16.985	5,4	59.101	21,8
Espírito Santo	848.076	50.965	6,8	42.723	5,3	158.954	23,1
Mato Grosso	880.593	66.466	8,6	42.932	5,1	179.138	25,5
Maranhão	595.714	44.365	8,5	29.016	5,1	118.643	24,9
Alagoas	387.044	27.704	8,1	17.570	4,8	76.296	24,6
Rondônia	266.377	17.990	7,6	12.080	4,8	47.025	21,4
Amazonas	487.743	42.134	9,9	21.976	4,7	107.396	28,2
Goiás	1.443.194	103.086	8,1	64.286	4,7	281.671	24,3
Rio Grande do Norte	467.859	28.967	6,9	20.599	4,6	79.607	20,5
Rio de Janeiro	3.477.431	223.794	7,2	152.781	4,6	520.846	17,6
Bahia	1.957.646	150.646	8,7	83.741	4,5	369.323	23,3
Distrito Federal	900.818	57.551	7,1	38.108	4,4	140.666	18,5
Ceará	1.268.693	88.309	7,8	52.032	4,3	228.333	21,9
Pará	887.045	53.640	6,7	34.782	4,1	170.857	23,9
Amapá	79.327	8.056	11,8	2.996	3,9	17.272	27,8
Sergipe	299.491	15.874	5,8	11.092	3,8	41.390	16,0
Minas Gerais	4.627.460	247.574	5,9	166.221	3,7	759.230	19,6
Pernambuco	1.384.935	87.941	7,0	49.453	3,7	227.871	19,7
São Paulo	13.409.115	746.359	6,1	425.528	3,3	1.958.140	17,1
Paraná	3.000.791	157.859	5,7	85.538	2,9	451.701	17,7
Paraíba	450.609	37.021	9,2	11.852	2,7	81.690	22,1
Santa Catarina	2.407.258	126.746	5,7	61.579	2,6	407.546	20,4
Rio Grande do Sul	2.704.030	128.875	5,1	67.179	2,5	362.475	15,5
Não identificado	24.113	152	0,6	-1.293	-5,1	5.610	30,3

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

2.2 DESEMPENHO DO EMPREGO NO ESTADO, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

O saldo de 67,2 mil empregos adicionais que o Rio Grande do Sul conseguiu criar, entre julho de 2022 e julho de 2023, concentrou-se fortemente no setor de serviços. Tomada a subdivisão mais agregada das atividades econômicas, no que são chamados os cinco grandes grupamentos (**Tabela 8**), somente a construção apresentou retração no número de vínculos de emprego formal, no período, com a perda de 346 vínculos, correspondendo a -0,3% de variação. A indústria teve o segundo pior resultado, mas já com sinal positivo: uma expansão de apenas 0,5%, equivalente à geração de 3,3 mil postos. Com esse resultado, a indústria contribuiu com apenas 5% dos postos gerados no Estado, nos últimos 12 meses. Tanto a agropecuária quanto o comércio ampliaram seus respectivos estoques de emprego em 2,6%, praticamente igualando o resultado do conjunto de todas as atividades econômicas (2,5%). Chega-se, enfim, ao desempenho decisivo dos serviços, grupamento com maior peso na estrutura do emprego estadual, cujo crescimento, nos 12 meses mais recentes, foi de 4,3%, bem à frente de todos os demais e do agregado. Com isso, a participação dos serviços no saldo de empregos do período, no Estado, foi de quase 70%.

Tabela 8 - Estoques, saldos e variações do emprego formal, segundo o grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — jul./2020-jul./2023

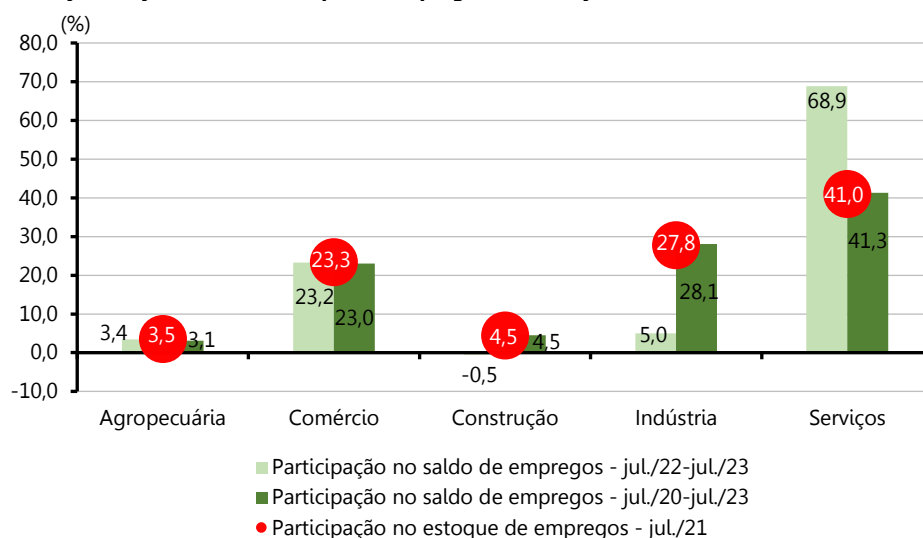
GRUPA- MENTO	ESTOQUE				SALDO				VARIÇÃO % (jul.-jul.)			
	Jul./20	Jul./21	Jul./22	Jul./23	2020-21	2021-22	2022-23	Acumulado	2020-21	2021-22	2022-23	Acumula- lada
Agropecuária	81.228	87.152	90.267	92.580	5.924	3.115	2.313	11.352	7,3	3,6	2,6	14,0
Comércio	541.963	585.489	609.688	625.302	43.526	24.199	15.614	83.339	8,0	4,1	2,6	15,4
Construção	104.511	111.641	121.217	120.871	7.130	9.576	-346	16.360	6,8	8,6	-0,3	15,7
Indústria	631.110	696.390	729.650	732.981	65.280	33.260	3.331	101.871	10,3	4,8	0,5	16,1
Serviços	982.743	1.027.304	1.086.029	1.132.296	44.561	58.725	46.267	149.553	4,5	5,7	4,3	15,2
Total	2.341.555	2.507.976	2.636.851	2.704.030	166.421	128.875	67.179	362.475	7,1	5,1	2,5	15,5

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

É digno de nota o grande contraste nos desempenhos comparados dos grupamentos setoriais nos três recortes de 12 meses que a Tabela 8 apresenta — bem como, por outro lado, a considerável convergência dos resultados que eles atingem quando se considera o arco completo de três anos, entre julho de 2020 e o mesmo mês de 2023. Os serviços e a indústria ganham destaque nessa observação, não apenas por serem os detentores dos maiores contingentes de empregados, mas também pelas fortes alterações pelas quais passaram — em sentidos inversos — ao longo do período. Se, entre julho de 2020 e o mesmo mês de 2021, a indústria teve a mais robusta expansão relativa (10,3%), entre os cinco grupamentos, os serviços, naquele momento, registravam o resultado mais pálido (ainda assim, de 4,5%, já que se tratava de um momento de recuperação das perdas excepcionais ocorridas nos primeiros meses da pandemia). No período seguinte, de 2021 a 2022, esses dois setores convergiram, aproximando-se, ambos, da variação geral do conjunto do mercado de trabalho gaúcho (o que implicou desaceleração da indústria, de um lado, e revigoração dos serviços, de outro, relativamente ao ano anterior). Nessa conjuntura, a liderança, em variação percentual, ficou com o (pequeno) grupamento construção. Como já foi assinalado, chega-se aos últimos 12 meses com os serviços em sólida dianteira, e a indústria em penúltima colocação, com um percentual de expansão que foi a quinta parte do verificado para o emprego total do Estado.

Esses realinhamentos relativos praticamente se anulam, matematicamente, quando se observa que, entre julho de 2020 e julho de 2023, os cinco grupamentos acumularam variações do emprego muito próximas entre si, distribuindo-se entre um mínimo de 14,0%, na agropecuária, e um máximo de 16,1%, na indústria — que mantém a liderança, graças ao seu desempenho no primeiro ano da pandemia. Uma representação gráfica dessas variações setoriais do emprego em alguns dos intervalos de tempo selecionados — e tendo por referência a participação dos grupamentos setoriais no mercado formal de trabalho gaúcho — contribui para a apreensão dessa dinâmica recente que se procurou aqui delinear (**Gráfico 15**).

Gráfico 15 - Participação dos grupamentos setoriais na formação dos saldos (jul./20-jul./23) e no estoque de empregos formais (jul./21) no Rio Grande do Sul



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

O Gráfico 15 evidencia, ademais, que as variações setoriais do emprego estadual no arco dos últimos três anos se aproximam consistentemente dos pesos relativos que cada um desses grupamentos possuía num ponto intermediário do período. Isto é, mesmo após marcantes discrepâncias nos desempenhos setoriais, nas diferentes secções anuais desse período mais amplo, parece ter havido, ao seu final, uma equalização dos movimentos que se sucederam à eclosão da pandemia, restituindo à estrutura setorial do emprego certa estabilidade.

Evidentemente, transformações são incessantes em qualquer estrutura social, e o fato de que se tenha detectado o que pode parecer uma reacomodação das dinâmicas setoriais, após as turbulências associadas à emergência sanitária, pode significar mais uma coincidência do que um movimento de “reequilíbrio”. Caberá, no futuro imediato, uma atenção especial à capacidade da indústria de recobrar o dinamismo que demonstra vir perdendo, especialmente nos últimos 12 meses. Até por essa razão, procura-se, a seguir, desagregar as informações mais recentes do setor para se identificar quais foram os segmentos que tiveram os melhores e os piores resultados entre julho de 2022 e o mesmo mês de 2023. Recorre-se, adicionalmente, aos resultados acumulados em 36 meses.

Tabela 9 - Estoques, saldos e variações do emprego formal nos segmentos da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — jul./2020-jul./2023

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE				SALDO		VARIAÇÃO %	
	Jul./20	Jul./21	Jul./22	Jul./23	Jul./23 Jul./22	Jul./23 Jul./20	Jul./23 Jul./22	Jul./23 Jul./20
	Fabricação de produtos alimentícios	135.887	141.310	143.069	145.780	2.711	9.893	1,9
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1.741	4.584	2.560	5.093	2.533	3.352	98,9	192,5
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	37.960	39.037	42.985	44.034	1.049	6.074	2,4	16,0
Fabricação de produtos químicos	16.361	17.347	17.985	19.015	1.030	2.654	5,7	16,2
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	34.031	38.486	39.635	40.585	950	6.554	2,4	19,3
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	9.704	11.545	13.220	14.017	797	4.313	6,0	44,4
Fabricação de produtos do fumo	13.252	12.294	11.366	11.943	577	-1.309	5,1	-9,9
Fabricação de bebidas	9.019	9.662	10.191	10.620	429	1.601	4,2	17,8
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	9.794	10.637	11.026	11.345	319	1.551	2,9	15,8
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	51.518	60.387	61.720	61.938	218	10.420	0,4	20,2
Impressão e reprodução de gravações	5.348	5.796	5.978	6.113	135	765	2,3	14,3
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.235	2.244	2.319	2.435	116	200	5,0	8,9
Fabricação de produtos diversos	14.085	15.528	16.157	16.217	60	2.132	0,4	15,1
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	8.759	9.431	9.906	9.954	48	1.195	0,5	13,6
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1.911	1.978	2.040	2.039	-1	128	0,0	6,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	10.754	11.655	12.079	12.055	-24	1.301	-0,2	12,1
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	17.083	19.245	19.524	19.497	-27	2.414	-0,1	14,1
Metalurgia	7.544	9.109	10.266	9.832	-434	2.288	-4,2	30,3
Fabricação de produtos de madeira	13.806	16.094	17.039	16.531	-508	2.725	-3,0	19,7
Fabricação de máquinas e equipamentos	56.913	68.537	74.770	74.251	-519	17.338	-0,7	30,5
Fabricação de produtos têxteis	7.305	8.797	9.566	8.994	-572	1.689	-6,0	23,1
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	17.736	19.366	20.793	20.068	-725	2.332	-3,5	13,1
Fabricação de móveis	33.352	37.763	38.234	37.456	-778	4.104	-2,0	12,3
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	82.962	93.383	105.093	101.031	-4.062	18.069	-3,9	21,8
Indústria de transformação	599.060	664.215	697.521	700.843	3.322	101.783	0,5	17,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

Nos últimos 12 meses disponíveis, entre as 24 divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) que integram a indústria de transformação (IT)⁸, foram 10 a registrar diminuição no contingente formalmente empregado, no Estado. A menos intensa foi uma variação praticamente nula (-1 emprego) no segmento de farmoquímicos e farmacêuticos, e a mais vultosa, em número absoluto de vínculos, ocorreu na divisão de couro e calçados (-4,1 mil). Seguiram-se, pelo volume de postos eliminados, móveis (-778) e vestuário (-725). Somadas, essas 10 divisões que registraram diminuição de estoque representavam 43,1% do emprego total da indústria de transformação gaúcha em julho de 2023.

As contrações mais significativas de segmentos da IT, pelo critério de variação relativa, ocorreram em produtos têxteis (-6,0%), metalurgia (-4,2%) e, em terceira posição por esse quesito, a já mencionada divisão de couro e calçados (-3,9%), que liderou as perdas absolutas de vínculos formais.

As expansões que merecem maior destaque ocorreram, pela ótica do número de empregos, em produtos alimentícios (2,7 mil) e outros equipamentos de transporte exceto veículos automotores, que, no RS, representa 0,7% do emprego da IT e se concentra em embarcações (2,5 mil). Já na perspectiva do percentual de expansão, os líderes foram, primeiramente, esse mesmo segmento de embarcações (98,9%) e, a seguir, manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (6,0%) e produtos químicos (5,7%).

Uma rápida comparação com os desempenhos dos segmentos da IT gaúcha no transcurso dos 36 meses que vêm de julho de 2020 ao mesmo mês deste ano evidencia, em primeiro lugar, que, nesse intervalo mais longo, apenas uma dessas 24 divisões CNAE 2.0 apresentou redução de estoque de empregos — a fabricação de produtos do fumo, que se contraiu em 9,9%, com a eliminação de 1,3 mil vínculos formais de trabalho. O segundo resultado menos expressivo já se situa em um crescimento de 6,7% (farmoquímicos e farmacêuticos), e os percentuais ascendem até os impressionantes 192,5% das embarcações já referidas. Esse (pequeno) segmento vem sendo tematizado nos sucessivos números deste boletim, pelas intensas variações por que vem passando a atividade, no Sul do Estado (onde se concentra quase integralmente), em função da trajetória errática que, nos últimos anos, descreveu o projeto do Polo Naval. Antes da presente exuberância, enfrentou, por vários meses, enxugamentos não menos radicais. O segundo maior crescimento relativo da IT gaúcha nos 36 meses analisados ficou com manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (44,4%).

Também no agregado do Brasil a indústria teve um desempenho negativamente diferenciado, na comparação dos cinco grupamentos, entre julho de 2022 e o mesmo mês de 2023. O emprego formal cresceu 1,7%, a variação menos expressiva, seguido pelo comércio (3,2%). Também a agropecuária cresceu menos do que o total do emprego (3,4% *versus* 3,7%). Acima dessa referência, situaram-se as expansões do estoque de vínculos de trabalho nos serviços (4,1%) e, especialmente, na construção (6,0%). No conjunto do País, a participação da indústria na estrutura do mercado formal de trabalho é de 19,5%, significativamente inferior à que se verifica no Rio Grande do Sul (27,8%).

Ao se analisarem as divisões CNAE 2.0 em sua totalidade, não apenas as da IT, constata-se que as maiores expansões de estoque de empregos, no Estado, entre julho de 2022 e julho de 2023, ocorreram, pelo critério de número de postos adicionais, em comércio varejista (7,8 mil), serviços de alimentação (6,6 mil), serviços de escritório e administrativos (5,7 mil), comércio atacadista (5,5 mil) e educação (5 mil). Pelo critério de variação percentual⁹, no mesmo período, além da já referida construção de embarcações, destacaram-se: publicidade e pesquisa de mercado (15,6%), aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros (12,8%), atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial (11,8%) e agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (11,3%).

No polo negativo dessa distribuição, os piores resultados em valores absolutos couberam à já referida fabricação de couro e calçados e, imediatamente a seguir, a duas divisões da CNAE 2.0 do grupamento construção: obras de infraestrutura (-2 mil) e construção de edifícios (-1,7 mil). As seis retrações subsequentes nesse ordenamento são de segmentos da indústria de transformação, reforçando o resultado negativamente diferenciado desses dois grupamentos do chamado Setor Secundário.

⁸ No RS, a indústria de transformação respondia, em julho de 2023, por cerca de 95,0% do emprego formal do grande grupamento indústria, o qual contempla ainda indústrias extrativas; eletricidade e gás; e água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

⁹ Arbitrou-se um estoque mínimo de 1 mil vínculos formais, em julho de 2023, para considerar as divisões da CNAE nesse ordenamento.

2.3 A DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO ADICIONAL SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS DOS INDIVÍDUOS

O acréscimo de 67,2 mil vínculos ao estoque de empregos formais do Rio Grande do Sul, entre julho de 2022 e o mesmo mês de 2023, significou o engajamento de um contingente adicional de indivíduos que se procura, a seguir, tipificar, brevemente, segundo os atributos pessoais sobre os quais a base do Novo Caged oferece informação. Consideram-se, para isso, os saldos das chamadas movimentações (admissões e desligamentos), procurando-se estabelecer o quanto se expandiu ou se retraiu o emprego de diferentes segmentos populacionais, e o peso que cada um desses teve na produção do resultado global do mercado de trabalho. Esse é um procedimento aproximativo, uma vez que há atributos — como a idade, em especial — que são, por natureza, cambiantes, e a base estatística utilizada não oferece informação sobre o total de trabalhadores em atividade em um determinado momento, mas apenas sobre aqueles que iniciaram ou finalizaram um vínculo de trabalho.

Pelo critério de sexo (**Tabela 10**), houve virtual paridade entre os saldos de emprego de homens e mulheres, com leve predominância dessas, que foram responsáveis por 51,8% do adicional de emprego produzido no Estado, no período — uma vantagem de cerca de 2,5 mil postos frente aos trabalhadores do sexo masculino. Quando se toma como referência a distribuição do emprego por sexo na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹⁰, também do Ministério do Trabalho e Emprego, verifica-se que a participação feminina era de 46,8% ao final de 2021, de modo que o saldo verificado no Novo Caged dos últimos 12 meses contribuiria para aproximar ainda mais da equidade o mercado formal de trabalho gaúcho, tendência de longo prazo que é bastante clara nas séries históricas da RAIS.

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de jul./2022-jul./2023 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2021, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS 2021
	JUL/23 JUL/22	Participação % no Saldo	(31/DEZ) Participação % no Estoque
Sexo (total)	67.179	100,0	100,0
Homens	32.356	48,2	53,2
Mulheres	34.823	51,8	46,8
Faixa etária (total)	67.179	100,0	100,0
Menos de 18 anos	26.517	39,5	1,3
De 18 a 24 anos	51.966	77,4	14,2
De 25 a 29 anos	3.534	5,3	13,3
De 30 a 39 anos	-1.592	-2,4	28,2
De 40 a 49 anos	713	1,1	23,4
De 50 a 64 anos	-10.168	-15,1	17,8
65 ou mais	-3.791	-5,6	1,7
Escolaridade (total)	67.179	100,0	100,0
Analfabeto	478	0,7	0,2
Fundamental incompleto	-1.967	-2,9	10,0
Fundamental completo	762	1,1	8,8
Médio incompleto	12.126	18,1	7,8
Médio completo	52.905	78,8	45,1
Superior incompleto	2.256	3,4	6,3
Superior completo	619	0,9	21,7

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).
RAIS (Brasil, 2022).

¹⁰ As duas bases de dados do MTE guardam muitas semelhanças, mas não são diretamente comparáveis. Toma-se a RAIS, aqui, como uma aproximação, aproveitando-se o fato de que ela capta o conjunto de empregados formais, não apenas os que passaram por movimentações.

Quanto à idade, como vem sendo apontado recorrentemente neste boletim, a predominância da contratação de trabalhadores jovens é avassaladora. Nos últimos 12 meses captados pelo Novo Caged, os trabalhadores menores de idade representaram 39,5% do saldo, ao passo que os indivíduos entre 18 e 24 anos concentraram 77,4% desse emprego adicional gerado pelo mercado de trabalho. Vale dizer, a faixa etária de até 24 anos — que, segundo a RAIS, representava 15,5% do universo de empregados formais do Estado ao final de 2021 — registrou, nos últimos 12 meses, uma expansão que correspondeu a 116,8% do saldo global de emprego. Esse resultado foi (matematicamente) “compensado” pela redução significativa dos segmentos a partir dos 30 anos de idade (com exceção do intervalo entre 40 e 49 anos, que teve modesta variação positiva). Em números absolutos, o saldo negativo mais expressivo entre admissões e desligamentos verificou-se para os trabalhadores entre 50 e 64 anos (-10,2 mil vínculos), seguido pelo da faixa etária mais elevada, de 65 anos ou mais (-3,8 mil). Esses dados sugerem um intenso viés etário orientado para o recrutamento dos indivíduos muito jovens, tendência que geralmente se associa a políticas de redução de custos salariais e implica o engajamento de trabalhadores com menor experiência profissional e amadurecimento pessoal.

Em uma direção semelhante apontam as evidências referentes aos saldos do emprego segundo a escolaridade dos trabalhadores. De um lado, transparece dos resultados uma restrição dos empregadores à contratação de indivíduos com escolaridade inferior ao ensino médio incompleto: se, na RAIS de 2021, trabalhadores com até ensino fundamental completo ainda representavam 19,0% dos vínculos formais no Estado, sua participação no saldo dos 12 meses sob análise foi de -1,1%, uma vez que sofreu redução absoluta de cerca de 700 indivíduos. De outro lado, entretanto, a contratação de pessoas com os mais elevados graus de educação formal — ensino superior incompleto e superior completo — esteve longe de ser priorizada. Embora totalizassem 28,0% do total de empregados computados pela RAIS de 2021, esses trabalhadores captaram apenas 4,3% do adicional de 67,2 mil vínculos que o Novo Caged apurou para o Estado nos últimos 12 meses. Desse estreitamento do mercado formal de trabalho nas duas pontas da distribuição da escolaridade resulta uma participação amplamente dominante dos indivíduos com ensino médio incompleto ou completo na expansão do emprego formal. Já majoritária na estrutura do mercado delineada pela RAIS de 2021, com 52,9% de participação, a soma dessas duas faixas médias teve participação de 96,8% na expansão dos vínculos formais do Estado entre julho de 2022 e julho de 2023.

2.4 O DESEMPENHO DO EMPREGO NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

O crescimento do emprego formal no Rio Grande do Sul, nos últimos 12 meses disponíveis na série do Novo Caged, é reconhecível em todas as Regiões Funcionais (RFs) em que se subdivide o Estado para propósitos de planejamento. A diferenciação encontra-se na intensidade desse crescimento (**Mapa 1**), que se distribuiu entre um mínimo de 1,6%, na RF3 (Serra), e um máximo quase três vezes superior, de 4,7%, no extremo sul (RF5).

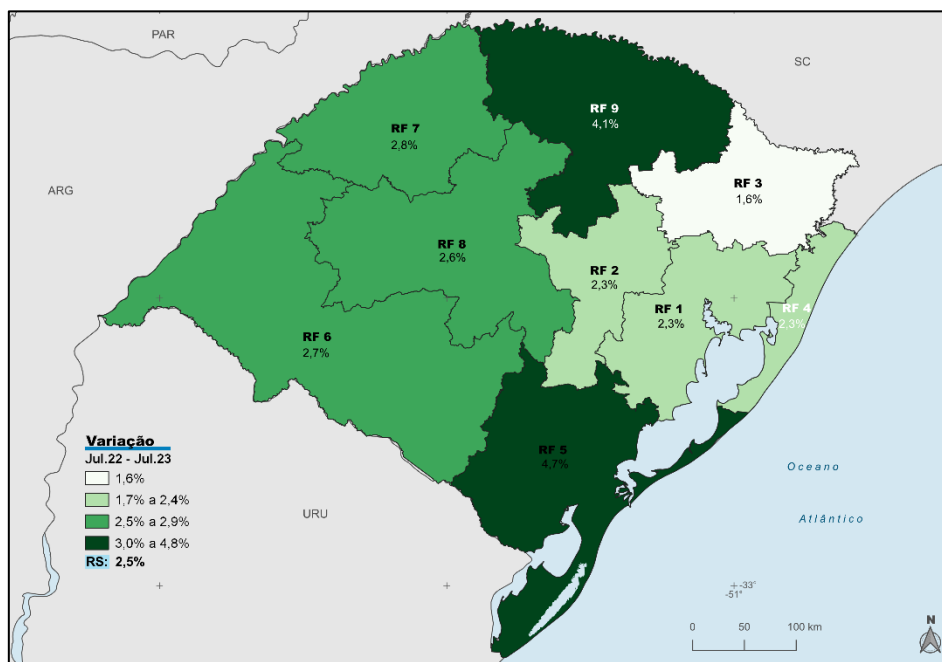
O desempenho da RF5 está bastante associado à já referida expansão da produção de embarcações em seu território — notadamente em São José do Norte. Esse município, sozinho, gerou, apenas nessa atividade econômica, mais de 2,2 mil postos adicionais no período (um decisivo aporte para que se atingisse o saldo de 6,2 mil vínculos formais que a região em seu conjunto registrou). Já o modesto resultado da Serra tende a se associar ao escasso dinamismo da indústria de transformação nos 12 meses analisados, uma vez que essa é a RF em que o setor alcança sua mais elevada participação na estrutura do mercado de trabalho.

A segunda maior variação nesse período ficou com a RF9, cujo estoque de empregos cresceu 4,1%. Essa região tem mantido bons resultados relativos no Estado e teve essa expansão recente associada ao bom desempenho da indústria de alimentos e ao comércio, com uma contribuição importante de serviços especializados como publicidade e pesquisa de mercado.

Igualadas em uma variação de 2,3% do seu estoque de empregos, entre julho de 2022 e o mesmo mês de 2023, a RF1 (Metropolitana), a RF2 (Vales) e a RF4 (Litoral Norte) superaram apenas a Serra. Nesse conjunto, chama a atenção a presença do Litoral, que não poucas vezes, neste acompanhamento periódico dos desempenhos dos mercados formais de trabalho regionais, ocupou a liderança isolada. É possível que se esteja esgotando o potencial de expansão ligado à fixação, no Litoral, de população proveniente de outras porções do Estado — que teve e tem

por consequência a dinamização das atividades de produção e serviços — e que a cadência do crescimento econômico e da expansão de oportunidades ocupacionais passe a ser mais próxima da média do Estado. De qualquer forma, nesses últimos 12 meses, o ponto fraco do Litoral Norte foi a retração da construção, que reduziu seu estoque em quase 600 trabalhadores. Para que se dimensione o peso que esse revés tem na escala daquele mercado de trabalho, o saldo geral do emprego na RF4 foi de 1,3 mil vínculos nos 12 meses analisados.

Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jul./2022-jul./2023

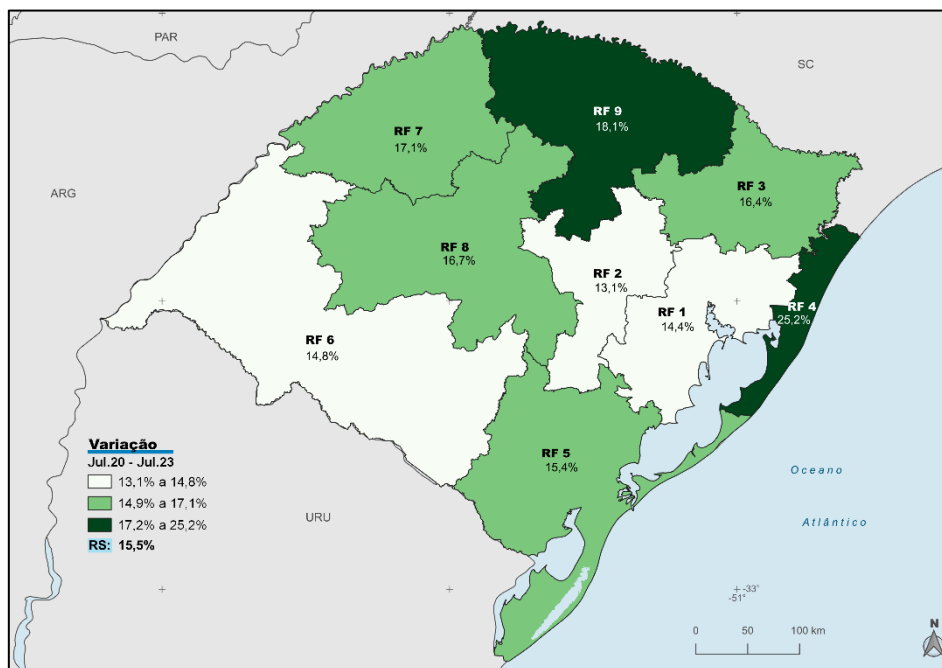


Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

Ainda assim, um dos aspectos interessantes que emerge da análise comparativa dos mercados de trabalho das RFs em uma escala temporal mais expandida (**Mapa 2**), que cobre de julho de 2020 a julho de 2023, é a liderança que o Litoral Norte manteve, no acumulado desse período, demonstrando que o arrefecimento mais recente não anulou os ganhos relativos que a região havia ostentado em boa parte desses três anos. Enquanto, no período, o RS em seu conjunto registrou crescimento de 15,5% de seu estoque de empregos formais, a variação na RF4 foi quase 10 pontos percentuais superior, atingindo 25,2%. Esse resultado situa-se, também, mais de 7 pontos percentuais à frente da região com segunda maior expansão do emprego, a RF9.

A RF3 obteve, nesse recorte de tempo, um resultado superior ao da média estadual e uma posição intermediária no ordenamento das regiões estaduais. Ficaram com os resultados menos expressivos a RF1, a RF2 (a Região Metropolitana e uma área contígua a ela muito integrada) e a RF6, com maior peso da produção agropecuária. De qualquer modo, de forma semelhante à que se identificou na análise dos grupamentos setoriais para o conjunto do Estado, também no caso das RFs a ampliação do intervalo temporal para 36 meses reduziu a dispersão dos resultados — sobretudo ao se isolar a RF4, que se afastou mais da média estadual e é, ademais, a que possui o menor estoque de empregos formais (2,2% do total do RS). Tomando-se as outras oito RFs, o crescimento de seus mercados de trabalho entre julho de 2020 e julho de 2023 distribui-se entre 13,1% e 18,1%.

Mapa 2 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jul./2020-jul./2023



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

2.5 Os VÍNCULOS CONTRATUAIS DIFERENCIADOS E A PRESENÇA DE ESTRANGEIROS

Nesta subseção, busca-se captar, na série do Novo Caged, a participação que vêm tendo, na formação dos saldos do emprego formal gaúcho, três modalidades de contrato de trabalho associadas a diferentes formas de flexibilização do vínculo empregatício padrão (caracterizado pela jornada de trabalho plena e pela vigência por tempo indeterminado, conforme estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)). Trata-se das categorias de trabalhador aprendiz, trabalhador intermitente e trabalhador temporário. Em outro número deste boletim, procurou-se delinear os marcos regulatórios que servem de referência a essas diferentes formas de contratação (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2020). Acrescenta-se, ao presente exercício analítico, o contingente de trabalhadores estrangeiros, que a base estatística utilizada também permite circunscrever. Embora não haja distinção legal entre os seus direitos e os dos trabalhadores brasileiros, o recurso à sua força de trabalho pode, em contextos concretos, associar-se a uma multiplicidade de estratégias patronais específicas, como, por exemplo, a busca de flexibilidade numérica, quando fluxos recentes de migrantes elevam a competição por postos de trabalho. Por certo, o contingente de estrangeiros é especialmente complexo para ser tomado de forma agregada, uma vez que trabalhadores de diferentes procedências se distribuem de forma desigual no território, trazem diferentes experiências laborais, formações e habilidades técnicas, além de terem migrado com motivações bastante diversas e em pontos variados do tempo (Fiori, 2022).

Com essas ressalvas, no presente momento, o objetivo limita-se a dimensionar o recurso a essas modalidades de trabalho e de trabalhador, que são as que a base de dados permite identificar separadamente. Por razões operacionais, não se compõem nesta subseção os intervalos de 12 meses de julho a julho, mas analisam-se os três anos completos que o Novo Caged permite tabular, encerrados em dezembro último.

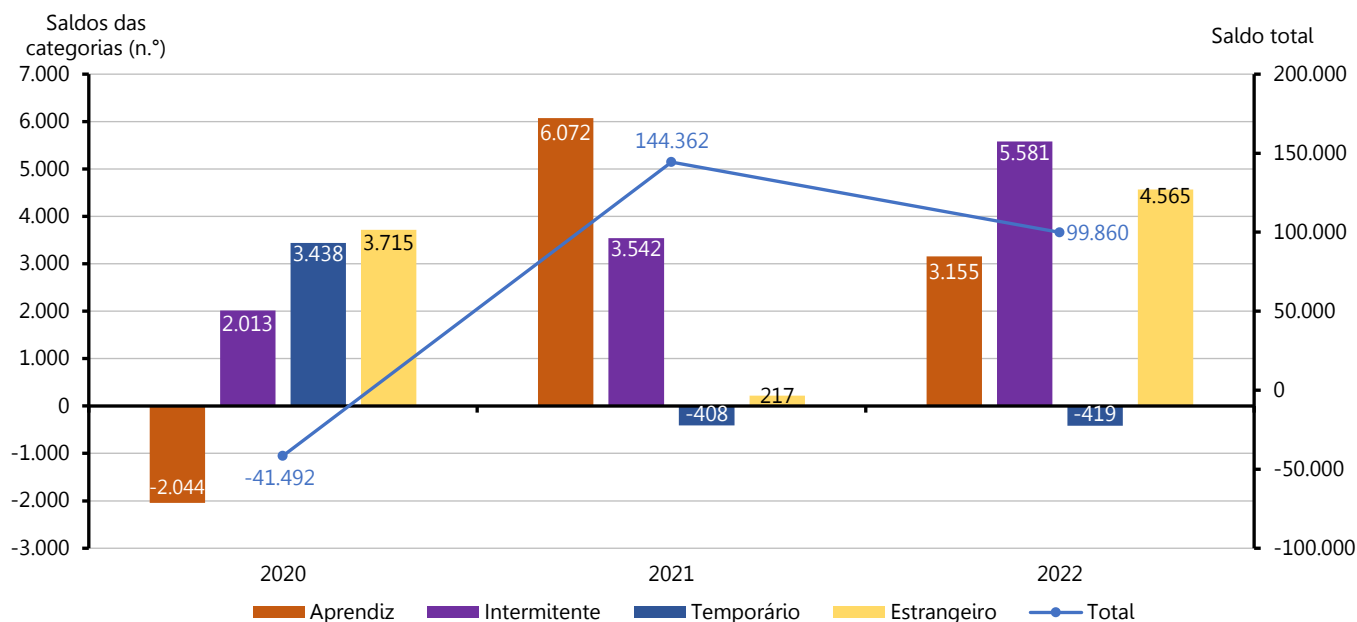
Como o **Gráfico 16** evidencia, as dinâmicas de variação do emprego total no mercado formal de trabalho gaúcho e a de cada uma dessas quatro categorias selecionadas de indivíduos e formas de contrato não mostram convergência. Os contratos de aprendizagem parecem acompanhar — nesta observação de três pontos no tempo, assumidamente curta para se identificarem padrões — a tendência geral do estoque de vínculos formais: de um primeiro ano com retração (2020), passaram a um elevado saldo positivo no ano seguinte e repetiram, no terceiro ano, um resultado de crescimento, porém menos acentuado. Já os contratos temporários, intermitentes e, especialmente, a admissão de estrangeiros tiveram expansão no ano da eclosão da pandemia (2020), contrapondo-se à forte

perda de postos do conjunto do mercado. Juntas, essas três categorias produziram, em 2020, ano um saldo positivo de 9,2 mil vínculos formais, o que corresponde, com sinal inverso, a 22% do saldo negativo do mercado de trabalho.

Em 2021, ano de crescimento vultoso, até mesmo pelo efeito da base de comparação excepcionalmente baixa, houve — como já foi dito — o crescimento dos vínculos de aprendiz, mas os empregos temporários passaram para o campo negativo, com uma retração de 408 postos, e o saldo das movimentações de estrangeiros reduziu-se drasticamente (de 3,7 mil para 217). O trabalho intermitente também apresentou crescimento intenso — diferenciando-se do comportamento do aprendiz, entretanto, por já ter partido de variação positiva no ano de 2020.

Em 2022, ocorreu expansão do número de vínculos totais em patamar significativamente menor do que no ano anterior, e o mesmo verificou-se para os aprendizes, configurando a convergência já assinalada. Em desconexão com o movimento geral, o trabalho temporário voltou a registrar discreta retração, em escala comparável à do ano anterior; o saldo de novos contratos intermitentes teve expansão de quase 60% sobre o total de 2021, e mais intensa ainda foi a elevação do saldo de contratações de estrangeiros (que passaram de 217 em 2021 para 4,6 mil em 2022, superando inclusive os 3,7 mil que haviam sido registrados em 2020).

Gráfico 16 - Saldos do emprego formal, total e por categorias selecionadas, no Rio Grande do Sul — 2020-22



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

O que, em linhas muito gerais, essas evidências sugerem é que essas diferentes formas de contratação apresentam condicionantes próprios, que particularizam suas dinâmicas de expansão e de retração a partir das considerações e das conveniências dos empregadores e, em alguns casos, também dos trabalhadores, associadas, de um lado, às particularidades regulatórias de cada modalidade de vínculo formal e, de outro, aos próprios fluxos migratórios e às trajetórias ocupacionais que esses indivíduos estrangeiros conseguem empreender. Também os processos produtivos e os processos de trabalho de diferentes atividades econômicas, bem como as características das empresas, podem predispor-las, em maior ou menor grau, a cada uma dessas formas de contratação. Neste breve exercício, observa-se a distribuição dessas categorias nos cinco grupamentos setoriais (**Tabela 11**). Optou-se por incluir as admissões e os desligamentos de trabalhadores, para que se tenha uma dimensão do universo de indivíduos que transita por esse mercado e por essas condições de contratação ao longo de um ano — neste caso, apenas 2022, para melhor operacionalização dos cruzamentos. A consideração apenas do saldo não permitiria capturar adequadamente esse trânsito — um saldo muito próximo a zero, por exemplo, muitas vezes é o resultado matemático “neutro”, e, por isso, pouco eloquente, de um elevado volume de ingressos e saídas da condição de emprego.

Tabela 11 - Número e distribuição de admissões, desligamentos e saldos do emprego formal, em categorias selecionadas de contrato e de trabalhadores, segundo os grupamentos setoriais, no Rio Grande do Sul — 2022

DISCRIMINAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO (n.º)			DISTRIBUIÇÃO %		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Aprendizes (total)	39.683	36.528	3.155	352,9	366,3	247,6
Agropecuária	743	547	196	6,6	5,5	15,4
Comércio	10.952	11.019	-67	97,4	110,5	-5,3
Construção	1.190	995	195	10,6	10,0	15,3
Indústria	15.553	13.996	1.557	138,3	140,4	122,2
Serviços	11.245	9.971	1.274	100,0	100,0	100,0
Intermitentes (total)	14.375	8.794	5.581	139,5	179,5	103,2
Agropecuária	40	22	18	0,4	0,4	0,3
Comércio	1.733	1.746	-13	16,8	35,6	-0,2
Construção	1.044	920	124	10,1	18,8	2,3
Indústria	1.250	1.207	43	12,1	24,6	0,8
Serviços	10.308	4.899	5.409	100,0	100,0	100,0
Temporários (total)	31.349	31.768	-419	100,6	100,5	91,3
Agropecuária	75	78	-3	0,2	0,2	0,7
Comércio	13	15	-2	0,0	0,0	0,4
Construção	73	35	38	0,2	0,1	-8,3
Indústria	25	18	7	0,1	0,1	-1,5
Serviços	31.163	31.622	-459	100,0	100,0	100,0
Estrangeiros (total)	21.289	16.724	4.565	439,9	423,2	514,1
Agropecuária	924	834	90	19,1	21,1	10,1
Comércio	4.086	3.098	988	84,4	78,4	111,3
Construção	1.383	1.097	286	28,6	27,8	32,2
Indústria	10.056	7.743	2.313	207,8	195,9	260,5
Serviços	4.840	3.952	888	100,0	100,0	100,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

Os resultados consagram significativas diferenças nos padrões setoriais de contratação. Em primeiro lugar, chama a atenção a virtual exclusividade do setor serviços no recrutamento de trabalhadores temporários. Também no recurso aos contratos intermitentes, houve clara preponderância dos serviços (e uma sub-representação da indústria, quando se tem por referência a estrutura setorial do emprego formal total), ainda que essa forma de vínculo se faça presente em todos os setores. Observa-se, a seguir, que as contratações de estrangeiros e de aprendizes são as que ostentaram melhor distribuição setorial, embora tenha havido uma considerável sobrerrepresentação da indústria (especialmente no primeiro caso) em detrimento dos serviços.

Mesmo se tendo presente a complexidade de cada uma dessas modalidades de contratação e, especialmente, da abordagem de um segmento de trabalhadores recortados apenas pela condição de estrangeiros, considera-se relevante assinalar que essas quatro categorias — cujas informações são destacadas na base do Novo Caged — têm uma presença significativa no mercado de trabalho gaúcho e, conforme se pode constatar, se articulam com condicionantes próprios às diferentes conjunturas e segmentos produtivos. Após apresentar um comportamento contracíclico em 2020 — com exceção dos aprendizes —, crescendo em meio a uma retração drástica do emprego total, esse conjunto de categorias manteve presença relevante nos dois anos de expansão, em que pese às trajetórias próprias de cada uma delas. Em 2022, responderam por 12,9% do saldo de 67,2 mil empregos adicionais criados no Estado, destacando-se os aprendizes (5,6%) e os estrangeiros (4,6%).

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, o emprego formal prossegue sua já longa trajetória de variações positivas quando se trabalha com os acumulados de 12 meses, demonstrando, no entanto, que a cadência dessa expansão tem apresentado tendência de arrefecimento. O mercado formal gaúcho tem ocupado uma posição pouco favorável, na comparação com as demais unidades da Federação, tendo sido o que menos cresceu, nos três recortes

temporais aqui utilizados — de julho de 2022 ao mesmo mês de 2023; nos 12 meses anteriores; e nos 36 meses que vêm desde julho de 2020 (ano em que se inicia a série do Novo Caged) até o último dado divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Setorialmente, o período de julho de 2022 a julho de 2023, no Rio Grande do Sul, teve a expansão do emprego formal liderada pelos serviços; a construção foi o único setor a mostrar (pequena) retração, e a indústria, entre os maiores setores empregadores, teve a variação menos expressiva. Dez entre 24 atividades industriais tiveram retrações, sendo a mais expressiva a do segmento coureiro-calçadista.

Quanto aos desempenhos das Regiões Funcionais gaúchas, de forma semelhante à detectada no último número deste boletim, a Serra (RF3) ressentiu-se das dificuldades da indústria e ficou com a menor variação, seguida pela RF4, Litoral. O maior crescimento relativo ocorreu no Sul (RF5) — um resultado fortemente condicionado por um segmento específico (fabricação de embarcações) em um pequeno município (São José do Norte).

O emprego que vem sendo criado reedita, neste último intervalo de 12 meses aqui priorizado, as tendências de concentração no segmento mais jovem, e, pela primeira vez, o saldo positivo para os indivíduos de até 24 anos foi consideravelmente maior do que o do emprego total — tendo sido “compensado” por reduções acentuadas em faixas de idades mais elevadas. As mulheres tiveram preponderância no acesso aos vínculos formais criados (51,8%). E, em mais uma reiteração de tendência, o mercado formal de trabalho mostrou-se pouco permeável aos menos escolarizados (até fundamental completo, inclusive), mas também aos mais escolarizados (superior completo ou incompleto), provocando uma sobrerrepresentação dos indivíduos com ensino médio (completo ou incompleto) nos saldos produzidos.

Por fim, constatou-se que a admissão de trabalhadores estrangeiros e as modalidades de contrato temporário, de aprendizagem e intermitente têm tido comportamentos — e pesos relativos — não necessariamente simétricos com os do emprego total; tampouco com tendências claras de evolução, na série — ainda curta — que o Novo Caged proporciona, tendo-se presente que muitas dessas regulamentações são também bastante recentes. De qualquer modo, em conjunto, vêm representando uma parcela significativa das movimentações e dos saldos no mercado formal de trabalho gaúcho.

BOX

JOVENS QUE NÃO ESTUDAM E NÃO ESTÃO OCUPADOS NO RIO GRANDE DO SUL: EVIDÊNCIAS DESDE A PANDEMIA DE COVID-19

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a proporção de jovens que não estudam e não estão ocupados é uma referência mais adequada do que a desocupação da exclusão socioeconômica desse grupo populacional (ILO, 2016; O'Higgins *et al.*, 2023). Esse indicador, pela sua relevância, encontra-se inserido no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 da Organização das Nações Unidas, "Trabalho decente e crescimento econômico", na Meta 8.6, no sentido de que é fundamental que os países procurem reduzir a proporção de jovens que não estudam e não estão ocupados (United Nations, 2022).

Com o propósito de monitorar a sua evolução desde a eclosão da pandemia de COVID-19, em 2020, este *box* apresenta evidências sobre a proporção de jovens que não estudam e não estão ocupados — doravante, identificados pela sigla NENO —, no Rio Grande do Sul, em perspectiva comparada com a do País, com dados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Adota-se a faixa etária de 15 a 29 anos para delimitar a população jovem, uma vez que esta foi a estabelecida pelo Estatuto da Juventude, Lei Federal n.º 12.852, de agosto de 2013. Para o acompanhamento que se está propondo realizar, é importante ter presente que a proporção de jovens NENO é composta por dois segmentos, quais sejam, **(a)** o de jovens que não estudam e estão desocupados, e **(b)** o de jovens que não estudam e estão fora da força de trabalho.

Pode-se constatar, na **Tabela A**, que a proporção de jovens NENO no RS, no momento em que a pandemia de COVID-19 atingiu mais intensamente o mercado de trabalho, no segundo trimestre de 2020, se elevou para 20,6%, frente aos 16,1% do segundo trimestre de 2019. Fenômeno semelhante ocorreu no âmbito nacional, uma vez que o indicador, no País, na mesma referência comparativa, passou de 24,4% para 29,9%. Ao se cotejar a população jovem por sexo, por um lado, percebe-se que a proporção de jovens NENO masculina se elevou mais do que a feminina: no RS, esta passou, entre os homens, de 10,4% no segundo trimestre de 2019 para 16,4% no segundo trimestre de 2020, e, entre as mulheres, de 21,8% para 25,1%; no País, para o primeiro grupo populacional, o indicador passou de 17,7% para 23,5%, e, para o segundo, elevou-se de 31,1% para 36,4%; por outro, fica também claro que, tanto no RS quanto no plano nacional, o indicador se situa em níveis muito mais elevados entre as jovens, demarcando uma exclusão socioeconômica ainda mais ampla para elas.

Chama a atenção que a proporção de jovens NENO, no momento em que a pandemia de COVID-19 atingiu com maior intensidade o mercado de trabalho, no segundo trimestre de 2020, aumentou mais no segmento daqueles que não estudam e estão fora da força de trabalho, comparativamente ao dos que não estudam e estão desocupados (**Tabela A**): no RS, para o primeiro segmento, a proporção de jovens NENO se elevou de 9,5% no segundo trimestre de 2019 para 12,7% no segundo trimestre de 2020, e, para o último, passou de 6,6% para 7,9%; no País, no primeiro segmento, na mesma referência comparativa, a proporção de jovens NENO elevou-se de 14,6% para 19,9%, enquanto, no último, se manteve praticamente estável, passando de 9,8% para 10,0%. Quando se observam os dois segmentos de jovens NENO desagregados por sexo, identifica-se que, entre as mulheres, diferentemente dos homens, a elevação do indicador, na comparação do segundo trimestre de 2019 com o segundo trimestre de 2020, seja no RS, seja no País, foi causada exclusivamente pelo aumento da proporção daquelas que não estudam e estão fora da força de trabalho, uma vez que a proporção das que não estudam e estão desocupadas diminuiu. Assim, destaca-se a importância, em um contexto de adoção de regras de distanciamento social e de restrição à mobilidade associadas à pandemia de COVID-19, no segundo trimestre de 2020, do aumento da inatividade econômica entre as jovens. Estas se viram, naquele contexto, provavelmente, sobrecarregadas com os afazeres domésticos e os cuidados de crianças e de idosos, o que deve ter limitado ainda mais as suas possibilidades de participação no mercado de trabalho.

Com o processo de recuperação econômica e do mercado de trabalho, a proporção de jovens NENO evidenciou uma trajetória de queda no período de 2021 a 2023 (**Tabela A**). Conforme se pode constatar, esse indicador situou-se em 13,8% no RS, no segundo trimestre de 2023, ficando 2,3 pontos percentuais abaixo de uma referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19, o segundo trimestre de 2019. No País, a proporção de jovens NENO foi de 21,6% no segundo trimestre de 2023, 2,8 pontos percentuais inferior à do mesmo trimestre de 2019. No que diz respeito ao indicador desagregado por sexo, no segundo trimestre de 2023, no RS, a proporção de jovens NENO de sexo masculino havia diminuído para 10,2%, enquanto, na de sexo feminino, passou para 17,6%; assim, o hiato desse indicador, desfavorável às mulheres, que era de 11,4 pontos percentuais no segundo trimestre de 2019, diminuiu para 7,4 pontos percentuais no segundo trimestre de 2023. No âmbito nacional, entre os homens, a proporção de jovens NENO teve queda para 15,4% no segundo trimestre de 2023, e, entre as mulheres, para 27,8%; neste caso, o *gap* entre os sexos, desfavorável ao segmento feminino, teve redução, em relação ao segundo trimestre de 2019, de 13,4 pontos percentuais para 12,4 pontos percentuais, sendo menos intenso, portanto, do que o verificado no RS.

Tabela A - Proporção de jovens que não estudam e não estão ocupados, total e por sexo, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2.º trim. 2019-23

(%)

a) Rio Grande do Sul					
DISCRIMINAÇÃO	2º TRIM/2019	2º TRIM/2020	2º TRIM/2021	2º TRIM/2022	2º TRIM/2023
Total	16,1	20,6	18,3	15,2	13,8
Não estudam e estão desocupados	6,6	7,9	7,2	5,2	4,4
Não estudam e estão fora da força de trabalho	9,5	12,7	11,1	10,0	9,4
Homens	10,4	16,4	13,9	10,4	10,2
Não estudam e estão desocupados	5,4	8,2	6,7	4,2	3,9
Não estudam e estão fora da força de trabalho	5,0	8,2	7,2	6,2	6,3
Mulheres	21,8	25,1	22,7	20,5	17,6
Não estudam e estão desocupados	7,8	7,6	7,7	6,3	5,0
Não estudam e estão fora da força de trabalho	14,0	17,5	15,0	14,2	12,6
b) Brasil					
DISCRIMINAÇÃO	2º TRIM/2019	2º TRIM/2020	2º TRIM/2021	2º TRIM/2022	2º TRIM/2023
Total	24,4	29,9	25,9	21,7	21,6
Não estudam e estão desocupados	9,8	10,0	10,6	7,4	6,4
Não estudam e estão fora da força de trabalho	14,6	19,9	15,3	14,3	15,2
Homens	17,7	23,5	19,3	15,4	15,4
Não estudam e estão desocupados	9,2	10,3	9,9	6,8	6,1
Não estudam e estão fora da força de trabalho	8,5	13,2	9,4	8,6	9,3
Mulheres	31,1	36,4	32,6	28,2	27,8
Não estudam e estão desocupados	10,4	9,7	11,4	8,0	6,6
Não estudam e estão fora da força de trabalho	20,7	26,7	21,2	20,2	21,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023a).

Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

2. Jovens: indivíduos de 15 a 29 anos.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 2, n. 4, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2022. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas mensais do emprego formal** — Novo Caged: julho 2023. Brasília, DF: MTE, 2023. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 04 set. 2023.
- CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. **Carta de Conjuntura**. Brasília: IPEA, n. 52, 3º trimestre, p. 1-17, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 4.º trimestre de 2022. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2023. (Nota Técnica n. 73). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-4-trim-2022-nt-dee-73.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- FIORI, T. P. **O perfil dos imigrantes no RS segundo o Sistema de Registro Nacional Migratório, a Relação Anual de Informações Sociais e o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2022. (Nota Técnica, n. 70). Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202305/15135048-nota-tecnica-70.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2023. Acesso em: 22 ago. 2023.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 2.º trimestre de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020
- O’HIGGINS, N.; BARFORD, A.; COUTTS, A.; ELSHEIKHI, A.; CARO, L.; BROKIE, K. How NEET are developing in emerging economies? What do we know and what can be done about it? In: International Labour Organization. **Global Policy Review 2023**. Geneva: ILO, 2023. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---ifp_skills/documents/publication/wcms_851847.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.
- OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.
- UNITED NATIONS. **Decent work and economic growth** — The sustainable development goals extended report 2022. New York: United Nations, 2022. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2022/extended-report/Extended-Report_Goal-8.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL